



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

GIOVANNA CAROLINA SILVA
ROSA PIRES FERNANDES

O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA

GOIÂNIA, 2021

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, as autoras e a coorientadora firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):

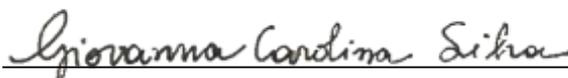
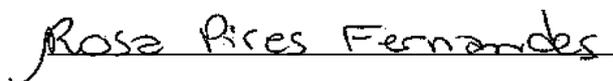
Nomes completos)das autoras: Giovanna Carolina Silva, Rosa Pires Fernandes.

Título do trabalho: *O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA.*

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO⁵

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

Assinatura das autoras

Ciente e de acordo:



Assinatura da coorientadora

Goiânia, 7 de Junho de 2021.

⁵ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

GIOVANNA CAROLINA SILVA
ROSA PIRES FERNANDES

O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Artes Visuais. Orientadora: Profa. Dra. Lilian Ucker Perotto. Coorientadora: Profa. Dra. Noeli Batista dos Santos.

GOIÂNIA, 2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva , Giovanna Carolina

O Ensino Remoto no Curso de Licenciatura em Artes Visuais na Modalidade a Distância da Universidade Federal de Goiás [manuscrito] : olhares sobre o ensinar e aprender na Pandemia / Giovanna Carolina Silva , Rosa Pires Fernandes . - 2021. 85 f.

Orientador: Prof. Lilian Ucker Perotto; co-orientador Noeli Batista dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Artes Visuais, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Ensino de Artes Visuais. 2. Pandemia. 3. Educação a Distância. 4. Ensino Remoto Emergencial. 5. Experiência. I. Fernandes , Rosa Pires . II. Perotto, Lilian Ucker , orient. III. Santos, Noeli Batista dos , co-orient. IV. Título.

CDU 7

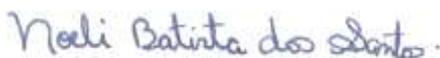
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

GIOVANNA CAROLINA SILVA
ROSA PIRES FERNANDES

O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Artes Visuais da Universidade
Federal de Goiás, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em Artes
Visuais. Orientadora: Profa. Dra. Lilian Ucker
Perotto. Coorientadora: Profa. Dra. Noeli Batista
dos Santos.

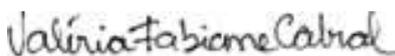
A ser avaliado publicamente em 22 de maio de 2021, pelos seguintes membros da
banca:



Profa. Dra. Noeli Batista dos Santos – Coorientadora.
Faculdade de Artes Visuais (FAV) – UFG



Profa. Dra. Leda Maria de Barros Guimarães – Avaliadora.
Faculdade de Artes Visuais (FAV) – UFG



Profa. Dra. Valéria Fabiane Braga Ferreira Cabral – Avaliadora.
Faculdade de Artes Visuais (FAV) – UFG

GOIÂNIA, 2021

Aos profissionais de educação que trabalham bravamente durante a pandemia. Às famílias que de alguma forma foram vítimas do COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos aos professores que nos acompanharam durante toda essa nossa trajetória acadêmica e nos possibilitaram continuar a caminhada apesar de toda a dor trazida pela pandemia.

Agradecemos aos nossos familiares pelos abraços de conforto em um tempo de distanciamento.

Em especial, agradecemos às professoras Lílian e Noeli, que com toda paciência e dedicação nos orientaram neste trabalho.

RESUMO

Este estudo objetivou despertar, a nós pesquisadoras e aos leitores, sobre a mudança atual das relações de ensino e aprendizagem que estão sendo construídas pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE), aplicado com o advento da pandemia causada pelo COVID-19. A pesquisa concentra-se no curso de Licenciatura em Artes Visuais, modalidade a distância da Faculdade de Artes Visuais na Universidade Federal de Goiás – objeto delimitador da mesma. Para tanto, foi utilizado como método a abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso, juntamente com revisão bibliográfica. Partimos da análise teórica de algumas publicações científicas referenciadas, pesquisamos também no meio digital analisando reportagens, leis, decretos e outros documentos oficiais que esclarecessem sobre o tema. De forma qualitativa coletamos dados através de formulários estruturados encaminhados a professores e tutores do curso citado. Fizemos uso, ademais, de relatos pessoais complementando o material reunido. Analisando os dados, pudemos descrever um pouco sobre o impacto da pandemia na educação a distância; algumas impressões sobre mudanças no cenário social, tecnológico, científico e humano, em um recorte da educação goiana, no espaço educacional superior, identificando mudanças ocasionadas pelo ensino remoto emergencial como a deflagração de novas perspectivas pedagógicas; alterações no fluxo de documentos do Estágio Supervisionado; o esforço pela manutenção da afetividade nas relações de ensino e aprendizagem, com ênfase na humanização da educação; a ressignificação de processos avaliativos; o ensino de arte como compreensão do processo histórico e recriação do presente; a apropriação e intensificação do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDCIs); a redefinição do significado de presença. Enfim, foi e está sendo possível visualizar, e de algum modo fomentar, o (re) inventar, dentro de possíveis múltiplas perspectivas, do ensinar e aprender das artes visuais.

Palavras-Chave: Ensino de Artes Visuais. Pandemia. Educação a Distância. Ensino Remoto Emergencial. Experiência.

ABSTRACT

This study aimed to awaken, to us researchers and readers, about the current change in the teaching and learning relationships that are being built by Emergency Remote Education (ERE), applied with the advent of the pandemic caused by COVID-19. The research focuses on the Bachelor's Degree in Visual Arts, a distance modality at the Faculty of Visual Arts at the Federal University of Goiás - its defining object. To this end, the qualitative approach, based on the case study, was used as a method together with a bibliographic review. We start from the theoretical analysis of some referenced scientific publications, we also research in the digital environment analyzing reports, laws, decrees and other official documents that clarify on the subject. In a qualitative way, we collected data through structured forms sent to teachers and tutors of the mentioned course. In addition, we made use of personal reports complementing the material gathered. Analyzing the data, we were able to describe a little about the impact of the pandemic on distance education; some impressions about changes in the social, technological, scientific and human scenario, in a section of education in Goiás, in the higher educational space, identifying changes caused by remote emergency teaching as the outbreak of new pedagogical perspectives; changes in the document flow of the Supervised Internship; the effort to maintain affection in teaching and learning relationships, with an emphasis on the humanization of education; the reframing of evaluation processes; teaching art as an understanding of the historical process and recreation of the present; the appropriation and intensification of the use of Digital Information and Communication Technologies (TDCIs); the redefinition of the meaning of presence. Finally, it was and is being possible to visualize, and in some way foster, (re) inventing, within possible multiple perspectives, of teaching and learning of the visual arts.

Keywords: Teaching of Visual Arts. Pandemic. Distance Education. Emergency Remote Teaching. Experience.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Notícia publicada no Jornal Estado de Minas.....	23
Figura 2 – Notícia publicada no Portal G1 de Notícias.....	41
Figura 3 – Notícia publicada no Jornal Correio Braziliense.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

ABED	Associação Brasileira de Educação à Distância
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
AVAs	Ambientes virtuais de aprendizagem
CAPES	A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDERJ	Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEE/CP	Conselho Estadual de Educação / Conselho Pleno
CEPEC	Centro Profissional de Educação Continuada
CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
CETIC	Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CIAR	Centro Integrado de Aprendizagem em Rede
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário
DODF	Diário oficial do Distrito Federal
EaD	Educação a Distância
EAPE	Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ERE	Ensino Remoto Emergencial

FADM	Faculdade de Artes Dulcina de Moraes
FAV	Faculdade de Artes Visuais
FBA	Universidade Federal da Bahia
FBT	Fundação Brasileira de Teatro
IA	Instituto de Artes
IBAG	Instituto de Belas Artes de Goiás
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituto de Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIED	Núcleo de Informática Aplicada à Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PARFOR	Plano Nacional de Formação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDF	<i>Portable Document Format</i> (Formato Portátil de Documento)
PNE	Plano Nacional de Educação

PPP	projeto político-pedagógico
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
REA	Recursos Educacionais Abertos
SARS-CoV-2	<i>Respiratory syndrome-associated coronavirus</i>
SEEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SIGAA/UFG	Sistema Integrado de Gestão de atividades acadêmicas da Universidade Federal de Goiás
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SisUAB	Sistema destinado para o acompanhamento e gestão dos processos da Universidade Aberta do Brasil
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TDAH	Transtorno do déficit de Atenção com Hiperatividade
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFG	Universidade Federal de Goiás
UECE	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 REFLETINDO SOBRE A PANDEMIA E OS IMPACTOS QUE ELA TEM DESENCADEADO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E NO ENSINO REMOTO	21
1.1 A pandemia - COVID 19	21
1.2 O Ensino a Distância e o Ensino Remoto	26
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS, MODALIDADE A DISTÂNCIA DA FAV- UFG	29
2.1 O Curso de Licenciatura em Artes Visuais – Modalidade a Distância da FAV- UFG: uma perspectiva histórica.....	29
2.2 Construindo o Ensino Remoto na UFG.....	40
2.3 O Ensino Remoto no Curso de Licenciatura em Artes Visuais – Modalidade a Distância	48
3 REFLETINDO NOVAS PERSPECTIVAS: OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA	54
3.1 Relatos pessoais: Giovanna Carolina Silva	54
3.2 Relatos pessoais: Rosa Pires Fernandes	56
3.3 Considerações dos professores e tutores do curso	62
OPORTUNIDADE DE DESFECHO	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	82

INTRODUÇÃO

Diante das crescentes mudanças que a sociedade vem enfrentando devido às questões tecnológicas, deparamo-nos com um modelo hegemônico de ensino de repetição e conteudista, que não promove a construção de um conhecimento sólido ou instiga o interesse dos estudantes. Para nós, este modelo, se um dia já atendeu, já não atende mais de forma eficaz essa geração tão imersa na cultura digital. Behar, Passerino e Bernardi (2007) destacam que no modelo educativo vigente, as práticas pedagógicas não auxiliam o estudante a relacionar os conteúdos estudados ao seu cotidiano. Percebem que nesse modelo o estudante, apesar de acumular conhecimento, não é despertado para a curiosidade, pois não consegue relacionar um sentido para com o que está sendo ensinado, resultando no desinteresse do mesmo.

No ano de 2020, com o advento da pandemia causada pelo COVID-19, nos deparamos com a necessidade de nos (re)inventarmos quanto ao modo de ensinar e aprender. Percebemos que a educação tende e deve transformar-se. A geração que foi educada com “quadro-negro e giz”, dá espaço a uma que clama por novas concepções de ensino e aprendizagem. Behar, Passerino e Bernardi (2007, p. 4) relatam que para o caso da Educação a Distância (EaD)¹, esse novo modelo vincula-se “[...] às plataformas e/ou ambientes virtuais de aprendizagem (AVA’s) utilizados como forma de mediação para promover a educação.” Faz-se necessário esclarecer que:

[...] não é só por causa da introdução da Educação a Distância (EaD) que está ocorrendo uma crise paradigmática na educação, mas com ela fica mais evidente e clara a necessidade de realizar mudanças significativas nas práticas educacionais e, conseqüentemente, no modelo pedagógico. Portanto, pode-se dizer que um novo espaço pedagógico está em fase de gestação [...] (BEHAR, PASSERINO E BERNARDI, 2007, p. 2).

Entendemos que embora as tecnologias digitais ampliem as possibilidades de atuação do professor, e logo a mediação dos conteúdos, as mesmas não propiciarão o “milagre da mudança na forma de ensinar”. Pode-se dizer que passa pelo (re)descobrir o “velho”, o arcabouço teórico, que nos explana sobre o ensino

¹ No presente texto, faremos uso da grafia EaD, para significar Educação a Distância, modalidade de educação regulada pela PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 20 DE JUNHO DE 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

horizontal, a sala de aula invertida, o ensino híbrido e o lugar do professor como mediador e não transmissor de conteúdos.

Neste momento; em meio às mudanças repentinas na forma de ensinar, advindas da necessidade de isolamento social, e medidas de afastamento orientadas pela OMS em tempo pandêmico; temos a oportunidade – e a necessidade -- de pensar em concepções de ensino mais dinâmicas e capazes de melhor atender aos objetivos envolvidos à uma educação de qualidade.

Sabemos que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) já está presente em muitas instituições de ensino, porém, Rodrigues relata que “[...] inúmeros têm sido os desafios para consolidar seu uso: o suporte tecnológico aos discentes para acompanhamento das atividades remotas, a normatização das ações e dos procedimentos, a formação dos professores [...]” (RODRIGUES, 2020, n.p.). Mesmo com as ferramentas disponíveis, ainda há a necessidade de adquirir a habilidade de exercitá-las no contexto da aprendizagem. Rodrigues (2020) salienta ainda, ao referenciar um estudo do Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), que “[...] a utilização pedagógica das tecnologias ainda não se centra na crítica, na contextualização e na integração das tecnologias ao currículo.” (RODRIGUES, 2020, n.p.).

Há muitas questões a serem discutidas, aprendidas e adaptadas com relação ao uso dos recursos tecnológicos na educação, pois somente o seu uso não solucionam os problemas com a desatualização dos modelos de ensino atualmente em prática. O fato de que as TDIC podem colocar os estudantes “em uma posição ativa”, nos leva a refletir, e aspirar pelo encontro de caminhos que nos proponham “caminhadas horizontais” no campo da docência. Lugares onde a tecnologia auxilia na aproximação do estudante e do professor, onde o conteúdo esteja em um ciclo contínuo de aprendizagem e (re)significação, de desenvolvimento intelectual orientado e colaborativo, em que o estudante desenvolva autonomia, reflexão e crítica. Com relação aos docentes, Rodrigues (2020) entende que as dificuldades de adaptação ao ensino remoto e ao uso das tecnologias são decorrentes de uma ausência na formação pedagógica, juntamente com as mudanças advindas da pandemia.

De forma positiva, percebe-se um cenário de incertezas quanto ao fazer pedagógico, estimulando reflexões que possibilitam repensar e re(criar) outros modos de ensinar e aprender. Como discentes em um curso de licenciatura em artes visuais

a distância sabíamos que este se tratava de um formato não convencional de ensino e aprendizagem, mas jamais cogitamos que no meio do curso seríamos visitados por uma pandemia que nos faria repensar nosso lugar como discentes e docentes. Fomos convidadas a reaprender a estudar, fazendo uso de ferramentas tecnológicas como livros digitais, aplicativos, *softwares*, plataformas on-line e inúmeras formas de interação entre alunos e professores (*chats*, reuniões no *Google Meet*, *lives* no *Youtube*, dentre outras).

Diante da atual condição de afastamento social nos acercamos ainda mais das possibilidades e da necessidade de um novo formato de ensino que de forma híbrida une atividades síncronas e assíncronas. Nos deparamos com desafios como estar em um espaço repleto de infinitas possibilidades de construção e busca pelo conhecimento.

Este contexto nos aponta a extrema relevância, importância e atualidade da contribuição da EaD e do ensino remoto na construção de outras concepções pedagógicas. Além de nos indicar que a inclusão digital na educação brasileira possa ser de alguma maneira um caminho libertador de uma herança colonial que acentuou a segregação social restringindo a oportunidade de educação a alguns que nos leva a pontuar também sobre a “info-exclusão” – herança de exploração humana, social e quiçá intelectual.

Observando o cenário atual de caos e as dificuldades enfrentadas na educação, fomos impelidas a refletir e analisar os impactos ocasionados na educação pela pandemia do COVID-19 no ensino das artes visuais na modalidade a distância. As reflexões permeiam sobre as possíveis contribuições da EaD e do ensino remoto na construção de outras perspectivas pedagógicas para o ensino das artes visuais. Em nossa pesquisa contamos com a contribuição de alguns professores e tutores do curso de Licenciatura em Artes Visuais modalidade a distância da UFG, que de forma solícita, responderam a um questionário estruturado por nós elaborado com o objetivo de acercarmos um pouco mais à realidade docente para melhor compreensão do momento, em relação ao ensino remoto, a recomposição das aulas, dos conteúdos, da forma metodológica utilizada e de suas diversas estratégias didáticas.

Ávidas por entender e encontrar caminhos de mudanças para uma educação da qual queremos chamar de “experienciável” (BONDIA, 2011), lugar onde a experiência modifica os atores da ação educativa, partimos da frase “isso que me passa” para pensar que a aprendizagem se dá, tanto no estudante quanto no

professor-pesquisador, quando o “isso” (conteúdo, experiência cultural, lugar social) passa pela superfície íntima do sujeito que vivencia a experiência, estudante ou professor/pesquisador (“me”), modificando-o, deixando uma pergunta latente, provocando uma mudança individual que pode ser contínua, num ciclo ativo e subjetivo. Intuímos que a partir desta pesquisa qualitativa (SANDÍN ESTEBAN, 2010), poderíamos, através dos relatos de experiência dos professores e alunas (autoras do trabalho) contribuir com reflexões que nos permitissem pensar em uma educação transformadora, efetiva e inovadora, mesmo em um momento singular de mudanças ocasionado pela pandemia.

Utilizamos como abordagem metodológica uma análise qualitativa exploratória ao descrevermos de forma subjetiva o que experienciamos como discente do curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância durante a pandemia. Fizemos, em conjunto, o estudo de caso como método sobre o momento atual e seus impactos na educação brasileira, evidenciando a EaD no curso de Artes Visuais. Em seu artigo sobre pesquisas qualitativas, FREITAS e JABBOUR Freitas e Jabbour (2011, p. 8) definem uma pesquisa exploratória como sendo parte dos estudos de “[...] todos aqueles que buscam descobrir ideias e soluções, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno de estudo [...]”. Na estratégia utilizada para análise e observação no estudo de caso, referenciamos as mudanças ocasionadas na educação, pela pandemia, incluindo as mudanças na metodologia, tecnologias, reação dos docentes perante o “novo” e as aprendizagens que estes poderão trazer para a educação das gerações futuras. Para melhor entender todo o processo, fizemos uso de um questionário no formato de formulário com perguntas subjetivas e objetivas, encaminhadas aos nossos professores e tutores do curso através de um *link* direto, compartilhado via e-mail. Após responderem, analisamos sob a ótica do docente como foram estas mudanças abruptas, mesmo estando eles familiarizados com a educação EaD, um formato não convencional de ensino se analisarmos as formas mais comuns e recorrentes da educação superior no Brasil.

Como pontua Zanelli (2002, p. 83), a pesquisa qualitativa tem como intuito “[...] buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos [...]”. Eis aí o motivo pelo qual optamos em incluir ao trabalho a descrição de nossa própria percepção da situação e do momento enquanto discentes. Optamos, pelo diminuto prazo, por não estender – por hora – as entrevistas a outros alunos. Ademais, nossos relatos contemplam um mundo de vivências coletivas em que

fazemos parte, e que de uma forma informal e empírica, acabamos por colher alguns dados e opiniões de outros discentes.

Entendemos que o momento é delicado, estando todos sob fortes emoções e com sobrecarga de atividades, problemática em que estamos inseridas também. Acreditamos serem no momento suficientes, para dar início à uma nova percepção de como ensinar e aprender, todas as reflexões trazidas aqui a partir do nosso relato pessoal como discente e dos relatos dos professores e tutores que colaboraram respondendo o questionário, referenciando o que vivenciamos nesse momento tão atípico da história no âmbito social, político, científico e de tantas outras áreas do conhecimento como a educação em todo o mundo.

Todo este processo é validado no formato e tipo de pesquisa escolhida, uma vez constatada por Freitas e Jabbour (2011, p. 9) que uma pesquisa qualitativa é “viável quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e de difícil quantificação”. Sendo esta uma pesquisa qualitativa exploratória com estudo de caso único, que segundo esses mesmos autores, analisa uma situação específica, em um momento extremo e raro, embora envolva diversas pessoas nesse processo de transformação e mudanças na educação.

Na Seção 1 – Refletindo sobre a pandemia e os impactos que ela tem desencadeado no ensino EaD e Remoto, propomos uma reflexão do cenário que deflagrou a pandemia mundial ocasionada pela rápida disseminação do vírus da COVID-19, o coronavírus. Nesta seção procuramos entender a origem e contexto que envolvem esta pandemia, destacando seus impactos sociais e no contexto relacionado à educação. Procuramos entender os conceitos que definem o ensino na modalidade EaD e o ensino remoto que fizeram parte desse momento de intensas mudanças na forma de ensinar e aprender, até para entendermos melhor a diferença entre essas duas formas que marcaram a educação no momento.

Na Seção 2 – Considerações sobre o Ensino Remoto no curso de Licenciatura em Artes Visuais, modalidade a distância da FAV-UFG, contextualizamos o curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância desta universidade, partindo de um breve histórico de sua implantação até a deflagração do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Na Seção 3 – Refletindo novas perspectivas: Olhares sobre o ensinar e aprender na pandemia, apresentamos o relato das discentes como alunas da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG) na

modalidade EaD durante a pandemia do COVID-19. Constatam relatos de suas vivências anteriores, suas trajetórias, experiências como artistas e considerações nas diferenças entre o ensino nesta modalidade EaD, ensino presencial como suas primeiras vivências no ensino superior e enquanto alunas do curso em Artes Visuais na modalidade a distância em plena pandemia.

Na Seção, intitulada Oportunidade do Desfecho, apresentamos nossas reflexões sobre o estudo desenvolvido e análise de diversos documentos entre portarias e decretos que nortearam mudanças no ensino de Artes Visuais da modalidade a distância da UFG durante a pandemia. Neste momento, procuramos digerir tudo o que aprendemos e vivemos nestes dias intensos, mas não damos por encerrada a pesquisa por acreditar que muitas outras oportunidades virão para continuarmos a construção deste trajeto que com certeza ainda nos trará muitos legados para a educação no país e em todo o mundo. Até porque a pandemia não se findou, ao contrário, segue firme e avassaladora, sacudindo nossas verdades ultrapassadas sobre a educação.

1 REFLETINDO SOBRE A PANDEMIA E OS IMPACTOS QUE ELA TEM DESENCADEADO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E NO ENSINO REMOTO

“[...] Às vésperas do último eclipse
Tá todo mundo sem agenda pro apocalipse (sem tempo, irmão)
Um passarinho me disse que
Talvez seja hora de fazer um *remix* e
Certo? [...]”.
(EMICIDA, 2019)

1.1 A pandemia - COVID 19

Em meio a tantas desinformações e descasos para com a pandemia no Brasil, achamos necessário haver uma breve elucidação sobre sua origem e o que teria desencadeado a disseminação desse vírus com tanta voracidade em território nacional. Acreditamos que assim, que entendendo o contexto ao qual estamos inseridos, seja mais fácil a compreensão sobre as transformações no processo educativo que vivenciamos na atual conjuntura. Esclarecendo primeiramente o que vem a ser uma pandemia, buscamos a definição dada pela própria OMS (Organização Mundial de Saúde):

Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. (SCHUELER, 2020, n.p.).

Considerando a rapidez com que o coronavírus da COVID-19 tem se espalhado em todo o mundo, de um continente a outro, sua fácil disseminação pelo ar que transporta gotículas de uma pessoa a outra, é evidente que estamos numa das maiores pandemias da história e um dos maiores desafios do Século XXI. Segundo Brito, Braga, Cunha, Palácio e Takenami, “[...] a origem do SARS-CoV-2, agente causador da COVID-19, é incerta.”(2020, p. 55). Embora a doença tenha sido identificada pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, em 2019, possivelmente segundo o governo chinês seja proveniente de um mercado de carnes silvestres nessa mesma cidade que se propagou rapidamente devido à capacidade de transmissão e sobrevivência em um ambiente externo inclusive no próprio ar. Os autores definem:

A COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês severe acute

respiratory syndrome-associated coronavirus 2. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). (BRITO *et al.*, 2020, p. 55).

A primeira vez em que o vírus fora identificado e isolado foi no ano de 1937, sinal de que o vírus em si não é algo novo. Ele existe já há algum tempo na natureza e em animais como o morcego. Mas somente nos anos de 2002 e 2003 ficou conhecido, afetando algumas pessoas com uma síndrome respiratória aguda grave e com febre alta. Felizmente foi contido e não veio a provocar naquele momento uma pandemia.

Dezoito anos após os primeiros casos do SARS-CoV, este novo CoV, batizado de SARS-CoV-2, é responsável pela rápida propagação e disseminação da doença a nível nacional e internacional. Esta nova cepa é menos letal do que os outros integrantes da família, tais como, SARS-CoV e o vírus causador da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV), que surgiu em 2012 na Arábia Saudita. (2020, p.55).

Uma nova cepa e variante do coronavírus viria a ser esta que assola o mundo, a COVID-19. Recebeu esta denominação por ter sido identificado em Wuhan, pela primeira vez, em 31 de dezembro de 2019 se espalhando rapidamente por todos os continentes. No Brasil a presença do vírus foi identificada em 26 de fevereiro de 2020 no Estado de São Paulo, Capital. A primeira pessoa infectada teria viajado a trabalho para a Itália, mas é morador de São Paulo. Em nota, o Hospital Albert Einstein declarou:

O Hospital Israelita Albert Einstein informa que recebeu na noite do dia 24 de fevereiro, na Unidade Morumbi, em São Paulo, um paciente com sintomas semelhantes aos do Covid-19, sendo confirmada a infecção viral pelo novo coronavírus após a realização do teste PCR em tempo real. Na manhã do dia 25 de fevereiro o caso foi notificado à Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo. (Jornal de Minas, 2020, n.p.).

Desde a constatação da presença do vírus em território brasileiro uma série de medidas sanitárias de contenção foram tomadas, ao que tudo indica não obtiveram muito êxito uma vez que o vírus se espalhou e provocou uma das maiores crises sanitárias já vistas no país. Nesta mesma reportagem do Jornal Estado de Minas podemos lembrar a entrevista dada pelo então Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta:

Não tem como fechar fronteiras. É uma gripe. Como todo vírus, a medida de melhor controle é por etapas, é termos agilidade (no diagnóstico)", afirmou Mandetta. "O sistema brasileiro fez tudo com muita agilidade", completou. (MANDETTA, 2020, n.p.).

Figura 1 – Notícia publicada no Jornal Estado de Minas



Fonte: Jornal Estado de Minas. Disponível em: 26 de fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/26/interna_nacional,1124396/ministerio-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil.shtml. Acesso em: mai. 2021.

Autoridades do governo brasileiro parecem que até agora não se deram conta do potencial de disseminação que possui este vírus. A situação se agravou ainda mais pelo potencial de mortalidade que o COVID-19 tem apresentado com novas cepas do vírus que já fez em todo o mundo 3.237.808 milhões de vítimas fatais, nos colocando no triste *ranking* de segundo país com maior número de mortes após totalizar 14.936,464 milhões de infectados e a marca de 414.614 mil mortos até o dia 6 de maio de 2021. Números estes que vem dia a dia representando uma escala crescente nos números de casos e óbitos. Todo esse cenário desencadeou crises em diversos setores, tais como econômicos, sociais, políticos, saúde e educação. Nos deteremos aqui à educação, em específico no curso de Licenciatura em Artes Visuais na Modalidade a Distância da UFG, que é o tema norteador da nossa monografia.

Segundo monitoramento realizado pela UNESCO, a pandemia afetou cerca de 1,176 bilhões de estudantes em todo o mundo quando tiveram escolas, universidades e faculdades fechadas como medida sanitária para evitar que o vírus se espalhasse.

O primeiro país a fechar as portas de suas escolas foi a China, em 26 de janeiro de 2020. Essa medida seria seguida, em breve, por países em todo o mundo. Sendo que no Brasil não houve uma ação em âmbito nacional, ficando a cargo dos Estados medidas de fechamento das escolas de acordo com a chegada do vírus em cada região.

Na Capital Federal, por exemplo, em 11 de março de 2020 foi publicado no DODF o Decreto nº 40.509 do governador Ibaneis Rocha. Em Goiás, o fechamento das escolas se deu por meio da Nota Técnica nº 1/2020, quando a Secretaria da Saúde do Estado de Goiás divulgou a determinação da paralisação das aulas a partir de 16 de março de 2020. A UFG também se manifestou em Nota Oficial em 15 de março de 2020 por meio do Comitê UFG para o Gerenciamento da Crise COVID-19, suspendendo as aulas presenciais do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), dos cursos de graduação e de pós-graduação a contar do dia 16 de março de 2020. Para tal medida, levou-se em consideração o Decreto nº 9633, de 13 de março de 2020, do Governador do Estado de Goiás, que dispôs sobre a situação de emergência na saúde pública do referido Estado. Na sequência, por meio de Nota Oficial, a Reitoria da Universidade Federal de Goiás resolve suspender o calendário letivo, em 15 de março de 2020².

Diversos outros decretos, portarias e notas se seguiram, pois a pandemia continuou e era necessário normatizar as ações que interferiram na rotina escolar de milhares de estudantes no Brasil. Finalmente o Governo Federal, por meio do MEC se manifesta pela Portaria 343, nº Art. 2º, em 17 de março de 2020, quando “[...] facultaa às instituições de educação superior a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) [...]”.

Neste momento, até o curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFG na modalidade a distância foi afetado com a suspensão das atividades e abrangência do Decreto e Portaria. Depois de muita conversas dos professores com a diretoria da universidade é que compreenderam que não havia motivos para a suspensão das aulas ofertadas pela modalidade EaD, sendo que este era o único curso que estava preparado para dar continuidade ao seu planejamento e calendário, mantendo as

² Disponível em: <https://www.ufg.br/n/124968-nota-oficial#:~:text=A%20Reitoria%20da%20Universidade%20Federal,16%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em: abr. 2021.

recomendações de distanciamento social sem apresentar risco aos estudantes. Em relato durante encontro para orientação síncrona do TCC em reunião pelo *Google Meet*, a professora Noeli Batista dos Santos nos ajuda a entender melhor a situação:

E aí gente, quando suspendeu tudo, começou a nossa luta dentro da UFG, a nossa incompreensão. “Por que que vocês suspenderam o curso a distância?” O curso já é a distância, não é presencial! Em resposta diziam que havia uma norma que abrangeu toda a UFG. Então entra aquelas dificuldades de existência em uma universidade que a mentalidade ainda é presencial. Se o curso é a distância, não tem lógica suspender. Demandou então um movimento da coordenação do curso, da direção da FAV, junto ao CIAR e junto a reitoria da UFG. Até que na segunda atualização da primeira norma a exceção foi criada. Era a lógica: os cursos EaD só suspendem as demandas presenciais como os encontros presenciais e o estágio. (SANTOS, 2021, informação verbal).

Atendendo às reivindicações mais que justas dos professores, em 02 de abril de 2020, por meio da Resolução CONSUNI N^o 19/2020³, altera os dispositivos da Resolução CONSUNI N^o 18/2020, no art. 1^o, parágrafo quarto, passou a ser indicado que:

§ 4^o Tendo por referência o previsto no parágrafo único do Art. 6^o da Resolução CEPEC 1663/2019, o caput não se aplica aos cursos na modalidade a distância, em andamento.” (NR) [...]. (UFG, 2020, p. 2).

Ficando ainda mais legitimada com a Resolução CEPEC N^o 1663/2019, ao aprovar o calendário letivo da UFG para o ano de 2020, no Art. 6^o, parágrafo único, que indica:

Em caráter excepcional, as datas de início e término das aulas dos cursos de graduação a distância poderão divergir das datas estabelecidas nos anexos A e B, as quais serão divulgadas no Portal da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD e do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede - CIAR, ouvidas as coordenações de curso. (UFG, 2019, p. 2).

Assim, quinze dias depois de suspenderem as aulas, retomamos a nossa rotina no curso com as aulas no formato EaD que já nos contemplava com o distanciamento social. Infelizmente não podemos afirmar que tudo voltou ao “normal”, pois para atender o contexto que se apresentou o momento foi necessário uma série

³ Disponível em:

https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2020_0019.pdf. Acesso em: abr. 2021.

de adequações no currículo que abrangeram desde as avaliações até às formas de ensinar. Para entender o contexto e processos com todas essas mudanças neste momento, fez-se necessário refletirmos sobre o conceito e origem da EaD e do ensino remoto, para em seguida traçarmos suas respectivas diferenças e o papel de cada um na educação durante esse período.

1.2 O Ensino a Distância e o Ensino Remoto

Em tempos de pandemia, o recém denominado ensino remoto tornou-se o recurso mais usado por educadores em todo o mundo. Surgiu como uma alternativa à impossibilidade do ensino presencial, após as medidas sanitárias de distanciamento social impostas devido à rápida disseminação do vírus COVID-19. No entanto, muitos têm confundido essa metodologia de ensino com a modalidade EaD. Achamos pertinente então esclarecer o que vem a ser a EaD com uma breve explicação sobre sua origem antes de conceituá-la.

Enquanto o ensino remoto se tornou viável pelo uso de tecnologias como TIDC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), a educação a distância existe muito antes dessas ferramentas e advento da internet. A EaD surge no mundo no século XIX e consistia numa forma de educação por meio de correspondências, depois passou a usar mídias como rádio, televisão e internet, abrangendo seus conceitos e principais características em diversos países. Seu início no Brasil se dá a partir de 1904, destacando os pontos em comum nessa prática pedagógica e as influências recorrentes de outras culturas até tornar-se hoje uma das modalidades que mais cresce em todo o mundo. A educação a distância é caracterizada pelo distanciamento geográfico entre o aluno e professor, segundo Passos (2018) no prefácio de seu livro. Aliás, esta é uma característica que também cabe ao acesso remoto, porém a separação física no espaço não efetiva um distanciamento real no que tange a intelectualidade e interação entre os participantes. A internet tem proporcionado, por meio do ciberespaço, uma proximidade jamais imaginada, principalmente no que se refere a agilidade com que ela nos conecta em regiões mais remotas em todo o mundo, rompendo paradigmas de que a aprendizagem ocorreria somente na sala de aula.

A expansão no Brasil desta modalidade de ensino se dá efetivamente em 2005, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que tem como objetivo formar

professores da educação básica. A modalidade ganha forma, porque é neste momento que teremos uma maior interação tecnológica com uso da internet para mediação dos estudos e meios de comunicação entre docentes e discentes.

Contudo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) legitima a Modalidade de Educação a Distância no âmbito da Educação Básica e Superior no Brasil, conforme indicado no Art. 80, que diz:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (LDB, 1996, n.p.).

Por muito tempo a modalidade de educação a distância sofreu preconceito, e ainda sofre, quanto a sua qualidade e eficácia em relação à modalidade presencial.

Mas em tempos atuais a modalidade a distância vem ganhando força junto à comunidade acadêmica, embora ainda distante de uma grande adesão. Há que se considerar os benefícios de ganho de tempo em relação à locomoção para o local das aulas, fator relevante uma vez que o trânsito nas grandes cidades está cada vez mais caótico. O fator custo benefício também deve ser considerado, uma vez que é mais em conta para os cofres públicos em relação à modalidade presencial. Outro ponto a se destacar são as características dessa nova geração tecnológica que com muita destreza e autodidatismo lida com as diversas formas de tecnologia em sua formação.

Recentemente, o acesso remoto tem sua base solidificada após o início da pandemia. Consideremos antes de tudo que:

[...] é elementar compreender a diferença entre Educação a Distância (EaD) e Ensino Remoto Emergencial (ERE). É notória a semelhança entre essas duas modalidades de ensino, pois ambas utilizam a tecnologia como ferramenta. Porém o ERE é uma solução rápida e temporária utilizada em caráter emergencial. Já na EAD o ensino estrutura sua metodologia em

garantir o ensino a distância em um ambiente virtual de aprendizagem. (WIKIPÉDIA, 2020, n.p.).

Para melhor elucidar essas diferenças, contribuimos com nossos relatos pessoais de vivências como discente em um curso a distância, neste período de isolamento social, ocasionado pela pandemia em comparativo com nossas vivências na vida pregressa ao curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFG, como também nossas experiências enquanto discentes noutros cursos na modalidade presencial e como docente em outras escolas. Entendemos que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, este momento trouxe-nos mudanças significativas na rotina e método de ensino acrescidos, assim como o uso da tecnologia como facilitadora no processo de ensino-aprendizagem. A partir dessas perspectivas e vivências traremos reflexões sobre essas mudanças, adequações e aprendizagem, e sobre o que podemos tirar proveito para possíveis novos métodos, perspectivas e práticas de ensino, em especial sobre o ensino no curso de Licenciatura em Artes Visuais, na UFG, na modalidade a distância.

Os profissionais da educação sofreram com a forma brusca e repentina no processo educativo após o início da pandemia. Estão tendo de se reinventar quanto a metodologia de ensino, adequação curricular e mesmo repensar sobre todo o processo educativo que caminhava timidamente rumo a um ensino capaz de acompanhar às novas gerações e tecnologias digitais existentes.

Também nos deparamos com duras realidades já existentes, porém ignoradas no âmbito da educação como a falta de formação dos professores para lidar com as novas tecnologias, equipamentos obsoletos e ultrapassados nas escolas que não ofereciam internet de qualidade, alunos sem recursos para acompanhar as aulas mediadas pelos recursos tecnológicos, diferenças socioeconômicas das famílias e mesmo uma queda brusca da economia mundial ocasionada pelo desemprego.

Enfim, o que mais faltou neste período foi o princípio básico da educação, o princípio da equidade. E tudo isso não foi ocasionado pelo ensino remoto, mas pelo despreparo das escolas em acompanhar a evolução das tecnologias e estratégias para novas formas de ensinar e aprender pensadas a longo prazo. Faltou projeto, governança, ação e investimento naquilo que mais garante o progresso de um país. Por outro lado, houve muito trabalho, criatividade e resiliência para lidar e (re)inventar o ensinar e aprender.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS, MODALIDADE A DISTÂNCIA DA FAV-UFG

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.” (Rubem Alves, 2004).

2.1 O Curso de Licenciatura em Artes Visuais – Modalidade a Distância da FAV-UFG: uma perspectiva histórica

A perspectiva aqui apresentada não tem a intenção de se sobrepor a outras possibilidades de constituição histórica do Curso de Licenciatura em Artes Visuais – Modalidade a Distância da FAV-UFG, por exemplo, a partir da pesquisa narrativa, mas que diante das condições do desenvolvimento do TCC, a perspectiva de análise documental foi a mais acessível para momento de contexto pandêmico.

Percebemos a educação a distância, como uma oportunidade de alçar voos mais longínquos e livres de estereótipos e preconceitos. Uma modalidade de ensino que não cabe na caixinha que tornou-se as salas de aula convencionais. Trata-se de uma oportunidade de reinventar o aprender quando oportuna uma maior liberdade e respeito pelo tempo de cada um, tempo que é deveras precioso em um momento como este que nos clama a aproveitar cada segundo. Além de valorizar recursos intermediáticos, essa modalidade nos aproxima de outras culturas, conhecimentos e também nos instiga a buscar novas formas de construir nosso próprio caminho rumo a uma aprendizagem que apresenta-se de forma infinita. Os próprios recursos de tecnologias digitais funcionam como facilitadores nesse processo. Mas é preciso entender que a estrutura da modalidade EaD é diferente da forma convencional de ensino, como é no presencial. Busquemos entender como se consolidou este ensino, com destaque ao curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância da UFG.

Este curso tem sido ofertado pela Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás através do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), desde 2007, e registra a formação de aproximadamente 500 arte-educadores. E nesta linha, a fim de estabelecer uma análise sobre a situação da Educação a Distância (EaD),

Mill (2016, p. 434) a divide em períodos segmentados, “da seguinte forma: Pré-1996; de 1996 a 2005; de 2005 a 2015; e Pós-2015”.

O primeiro período, “Pré-1996” foi quando a modalidade EaD foi introduzida na legislação brasileira pela LDB 9.394/96. Segundo Mill (2006, p. 345), “A LDB foi um passo essencial, e em seguida vieram os decretos, portarias e outras normatizações, todos importantíssimos para a regulamentação e consolidação da EaD como modalidade de formação de qualidade [...]”. O autor, ressalta também que a partir desse período as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) emergiram, apoiando a inserção da modalidade EaD, especialmente no que diz respeito à comunicação e à interação, no cenário da educação; “[...] as TDIC são responsáveis por parte da superação do preconceito contra a modalidade, especialmente em relação a aspectos de avaliação e de interação/mediação entre os sujeitos envolvidos [...]”. (MILL, 2016, p. 435).

Os anos de 1996 e 2005 são identificados por Mill (2016) como um período de organização legal da modalidade EaD, um momento em que normatizações são refinadas para uma melhor qualificação dessa tipologia de ensino. “Além do avanço na legislação, a EaD passa a ser considerada, nesse período, como estratégia para melhoria da qualidade (e quantidade) da formação do cidadão brasileiro [...]”. (MILL, 2016, p. 436). Esse espaço de tempo é indicado por Mill (2006, p. 437) como favorável ao ensino à distância, configurando “um cenário de grande expansão da oferta de vagas, seja da graduação ou especialização (lato sensu), seja em instituições públicas ou privadas”. Nessa perspectiva, o autor destaca que:

Primeiro, consideramos ser esse um período marcado por um cenário de aprendizagens em termos de EaD. Se o período anterior (pré-1996) marcou a gestação e o nascimento da Educação a Distância no Brasil, agora, na sua infância, ela aprende a caminhar [...] a modalidade é marcada por definições de modelos, estratégias, experiências embrionárias... enfim, por buscas de caminhos e aprendizagens. [...] Assim, o segundo ponto que merece destaque na análise dos cenários deste período envolve as decorrências de quaisquer processos de expansão súbita, como ocorreu com a EaD no começo deste século. Um cenário bem claro se estabeleceu: crescimento desordenado ou expansão sem as bases indispensáveis. Em dez anos, passamos do nascimento à vida adulta e, talvez por isso, não houve tempo para adequado amadurecimento, para a construção de alguns alicerces mais sólidos. Essa falta de planejamento e/ou pouco cuidado gerou desequilíbrios e tropeços. Conclusão: foram necessários (re) arranjos ao longo do processo e, ao final, muita coisa de boa qualidade (e de má também) foi construída. É preciso aprender com a história, ainda que o saldo seja positivo. (MILL, 2016, p. 437).

Ainda entre 2006 e 2015, Mill (2006, p. 438) destaca algumas experiências dentro da EaD, dentre elas “o projeto Veredas: curso superior de formação de professores, que formou em nível superior quase 14 mil professores” em Minas Gerais; “o primeiro curso de graduação a distância no país, visando à formação dos professores da rede pública que atuam nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental” em Mato Grosso e o “o consórcio CEDERJ (Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro), formado por seis universidades públicas e um centro universitário, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro”. Além desses projetos, o autor destaca ainda experiências em instituições de ensino como a UnB (Universidade de Brasília) e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Em relação à tecnologia, quando articulada à educação a distância, no período (2006-2015), alguns acontecimentos asseguraram positivamente o crescimento da EaD, promovendo, conforme Mill (2016, p. 439), “[...] diversas iniciativas de cunho pedagógico para educação presencial e a distância [...]” e marcando “[...] a emergência de cenários educacionais permeados pela cultura digital ou cibercultura [...]”. Dentre os acontecimentos o autor cita:

[...] a emergência da internet para uso doméstico, o surgimento dos ambientes virtuais de aprendizagem, o desenvolvimento de materiais multimídias, a fusão de tecnologias informáticas com as telecomunicações (telemática), e ainda a integração de elementos escritos, imagéticos, sonoros e visuais com movimentos (seja para organização de informações audiovisuais ou digitais)”. (MILL, 2016, p. 439).

O período de 2005 a 2015 é uma fase em que Mill (2016, p. 439) percebe a EaD madura em termos legais, institucionais e pedagógicos, experimentando “[...] possibilidades de estabilidade, de instalação com perenidade, qualidade e superação de grande parte do preconceito de épocas anteriores [...]”. Nesse período, o ensino a distância torna-se um importante ator na condução da formação superior de docentes e gestores na educação básica do ensino público, a fim de suprir a carência ali existente.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) nasce entre os anos de 1996 e 2005 e é implementada entre 2006 e 2015. É um “[...] programa de formação em nível nacional e um sistema de formação em nível superior, fruto de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC), instituições públicas de ensino superior e governos

locais [...]” (MILL, 2016, p. 440). Além da formação em licenciaturas, abrange também a formação de bacharelados, tecnólogos etc.

Definindo o que é o sistema UAB podemos encontrar:

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas. Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. (UAB, 2020, n.p.).

A parceria proposta pela UAB com o Governo Federal é prejudicada pelo corte de grande parte das verbas destinadas ao programa em 2015. Conforme Mill (2016, p. 441); “Pelas normas acadêmicas e constitucionais brasileiras, esse rompimento de um compromisso plural e coletivo implicou na responsabilização unilateral das instituições de ensino frente ao andamento das atividades de conclusão dos cursos [...]”. Desta maneira, o sistema é enfraquecido. Mill (2016) critica e aponta a necessidade da inclusão da modalidade EaD pelas IES, quando disserta que:

Pelo ciclo normal das políticas públicas, já deveríamos ter passado à fase de incorporação das práticas desenvolvidas com a experiência da UAB ao cotidiano institucional. Ou seja, partindo do princípio de autonomia que detêm, as instituições de ensino superior já deveriam ter assimilado a Educação a Distância como atividade regular própria, por meio da institucionalização da modalidade. Do mesmo modo, as universidades já deveriam estar recebendo o financiamento da EaD como histórica e tradicionalmente recebem o fomento para a educação presencial: pela matriz orçamentária. Assim, as instituições passariam para uma próxima etapa do amadurecimento que a EaD precisa: ocupar seu lugar natural no seio da instituição educacional, de modo capilarizado e naturalizado. (MILL, 2016, p. 441).

O que notamos é que, pelo preconceito ainda notado por parte dos entes que compõem as IES (professores, coordenadores, alunos, ...), a modalidade de educação

a distância ainda tem um longo caminho a percorrer até que se encontre como parte natural das instituições de ensino. Numa percepção pessoal, em especial, por estarmos defronte a uma irreversível progressão da tecnologia, das mídias e do poder da comunicação em formato digital e não presencial, a educação a distância é condição de aprendizagem que se tornará ainda mais democrática, ao longo dos anos, quiçá substituindo em grande parte a educação presencial.

Mill (2016, p. 442), entende que “[...] como em todo cenário de crise, a maioria dos elementos decorrentes direcionam-se para a instabilidade e reconfiguração das bases do que está instalado.”. Em 2021, além de nos encontrarmos em uma crise econômica, encontramos-nos também em uma crise na saúde, pela instalação catastrófica mundial do vírus COVID-19, popularmente conhecido como “coronavírus”. No que se refere à educação, temos percebido uma obrigatória e urgente reconfiguração da modalidade de educação e seus consequentes métodos de ensino, os quais, até então, eram quase totalmente presencial, para o ensino não presencial; mudança necessária pela medida de isolamento social aconselhada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Vivemos, portanto, mesmo que a contragosto da grande parte da comunidade acadêmica, uma reconfiguração, mesmo que eventual, da maneira de ensinar e aprender. Mill (2016), registra que a alguns anos atrás,

[...] um cenário menos favorável à EaD (e à educação como um todo), com menor financiamento, menor preocupação pedagógica, menos atendimento às especificidades regionais, culturais, sociais etc. Os sinais percebidos no atual ciclo da EaD indicam que passamos por um período de reorganização, o que é benéfico do ponto de vista da oportunidade de emergência de modelos pedagógicos mais ricos para a modalidade. Por exemplo, são desejadas configurações de ensino-aprendizagem híbridas, mais flexíveis e integradas, com maior possibilidade de mobilidade, personalização da formação etc. Enfim, tudo indica que está nascendo um cenário de reorganização do que conhecemos como EaD brasileira. (MILL, 2016, p. 442).

É possível que o cenário atual seja, mesmo que sem a devida preparação de grande parte dos personagens da rede educacional (discentes e docentes), um momento apropriado para o questionamento sobre a eficácia da educação a distância, bem como sobre a necessidade e oportunidade de inserção e adesão do mesmo.

Sobre a oferta do curso de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Aberta do Brasil, segundo o portal do Governo Brasileiro (UAB, 2020, n.p.), o curso é oferecido em 15 cidades em diferentes IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior), entre elas: Anápolis (GO) – (IPES: UFG); Aparecida de Goiânia (GO) –

(IPES: UNB); Aparecida de Goiânia (GO) – (IPES: UFG); Barretos (SP) – (IPES: UNB); Cavalcante (GO) – (IPES: UFG); Cuiabá (MT) – (IPES: UNEMAT); Imperatriz (MA) – (IPES: UFMA); Inhumas (GO) – (IPES: UFG); Itapetinga (SP) – (IPES: UNB); Maracanaú (CE) – (IPES: UECE); Porto-Franco (MA) – (IPES: UFMA); Posse (GO) – (IPES: UNB); Sorriso (MT) – (IPES: UNEMAT).

Em relatório técnico feito pela Cátedra UNESCO em Educação Aberta (NIED/Unicamp), no ano de 2017, feito a partir de um questionário enviado a entes do Sistema UAB, Soares e Amiel (2017) processam “um mapeamento do uso e da percepção de Recursos Educacionais Abertos (REA) na UAB”. De acordo com os autores, esses recursos são utilizados de forma descentralizada. “[...] Cada IES tem responsabilidade sobre seus sistemas tecnológicos de produção, uso e disseminação de recursos educacionais [...]” (SOARES; AMIEL, 2017, p. 4). Sobre as plataformas utilizadas em suas instituições de ensino, a maioria dos entrevistados indicaram o uso do *Moodle* (76,6%). Importante salientar que esta era a plataforma já utilizada em seus cursos. A pesquisa indica que o acesso aos recursos criados pelas IES é fechado, sendo utilizado somente pelos alunos cursistas e docentes. Os mesmos recursos, oriundos do SisUAB, em maioria (74,6%) não são modificados ou alterados, apesar de notar-se relatos sobre práticas de *remix* formal.

Nota-se na UAB, no que diz respeito às IES e aos seus componentes humanos, a percepção da importância do uso dos Recursos Educacionais Abertos, sobre estes, segundo Soares e Amiel (2017, p. 20), “[...] A demanda por formação e por ações que levam ao estreitamento de vínculos institucionais e à operacionalização de práticas, plataformas e estruturas de trabalho é uma constante [...]. Sugere-se, portanto, um “[...] espaço fértil para fomentar práticas e recursos abertos na UAB [...]. (SOARES; AMIEL, 2017, p. 21).

Dentro do Sistema UAB de ensino, gostaríamos de tratar especificamente sobre as turmas formadas no curso de Licenciatura em Artes Visuais, Modalidade a Distância, cuja instituição que permitiu a formação dos docentes foi a UFG. Segundo Guimarães e Perotto (2017, p. 1203) “Desde 2007, a Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás formou aproximadamente 497 novos professores de arte.”. É a partir desses profissionais e de sua condição de atuação atual que buscamos desenvolver a narrativa.

O curso de Licenciatura em Artes Visuais a distância da UFG, conforme PPP (2014), tem carga horária de 3020 horas, não apresenta turnos e horários definidos,

visto que sua demanda é prioritariamente on-line. O acesso se dá essencialmente pelo processo seletivo vestibular. Está vinculado ao Sistema UAB por participação no “Edital de seleção n.01/2005-SEED/MEC; autorizado pela Portaria 873-MEC, de 07 de junho de 2006.” (PPP, 2014, p. 5).

Está vinculado à Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Historicamente, conforme o PPP (2014),

[...] em 1960/1961 foi constituído o Instituto de Belas Artes de Goiás (IBAG); em 1963 a instituição agrega-se à UFG com a denominação de Faculdade de Belas Artes (FBA); em 1969, unindo-se ao Conservatório Goiano de Música da UFG, cria-se o Instituto de Artes (IA); e, a partir de 1996, com o aumento da demanda e a reestruturação das unidades acadêmicas na instituição, institui-se a Faculdade de Artes Visuais (FAV). (PPP, 2014, p. 7).

Desde o ano de 2007 a modalidade a distância do curso de Licenciatura em Artes Visuais tem recebido alunos de várias localidades do estado de Goiás e também de outras regiões. A oferta do curso se dá por meio de ações que reúnem a UFG, o Ministério da Educação, outras instituições de ensino superior e secretarias de educação estaduais e municipais. Especificamente, três programas têm oferecido a modalidade: “[...] UAB (Universidade Aberta de Goiás), Pró-licenciatura e PARFOR (Plano Nacional de Formação) [...]” (PPP, 2014, p. 9).

Podemos notar uma peculiaridade no que diz respeito a formação dos licenciados nesta modalidade, o foco principal é a preparação dos alunos para atuarem como professores no ensino fundamental e médio. Sobre este projeto, pôde ser verificado que:

A formação de professores de Artes Visuais no Estado de Goiás teve início na UFG em 1974, com a criação do curso de Licenciatura em Desenho e Plástica (Resolução UFG/CCEP nº 200). Dentre os fatores que motivaram essa iniciativa da Universidade, destaca-se a importância da qualificação dos profissionais da educação responsáveis pelo ensino de arte, conforme os preceitos da legislação educacional com a Lei Nº 5.692/71, que fixaram as “Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Grau” para a educação escolar no Brasil. A partir dessa época, afirmando seu compromisso e a responsabilidade com a formação de professores, como instituição pública e gratuita, a UFG tem empenhado esforços para atender a demanda de instituições da rede de ensino, no âmbito Estadual e Municipal, que prescindem dos profissionais do magistério na área de Arte, em particular, Licenciados em Artes Visuais. (PPP, 2014, p. 13).

A resolução CEPEC nº 518 fixa o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Artes Visuais – Licenciatura criado pela Resolução CONSUNI nº 09/99. Aos

graduados, a partir desta resolução, seriam conferidos diplomas de Licenciatura Plena, estando os mesmos capacitados “[...] para atuar como professor (a) nos diversos níveis e modalidades de educação e ensino da Educação Brasileira; participar de projetos de pesquisa vinculados à sua prática pedagógica e refletir criticamente sobre a produção artística.[...]” (UFG, 2000, p.1) . “Em 2006 encaminha-se uma nova reformulação curricular, que vigora atualmente na FAV, a qual fixa o currículo pleno do Curso de Artes Visuais [...]” (PPP, 2014, p. 13); para a modalidade a distância ocorre, em 2007, pela resolução CEPEC nº 837.

A oferta do curso superior na modalidade a distância, a ocasião, justificou-se pelo déficit de professores e cursos específicos na área de Licenciatura em Artes Visuais. O Projeto Político-Pedagógico do Curso (2014), considera ainda que:

[...] quantitativo elevado de professores leigos que ainda ministram as aulas de Arte na educação básica no Estado de Goiás, em geral, professores formados em áreas diversas e sem uma devida formação em Artes Visuais, faz-se premente tanto a ampliação das vagas nos cursos ofertados na região [...] (PPP, 2014, p. 16).

Justificando a oferta do curso, encontramos afinidade em Mill (2016), quando ele identifica que há uma alta demanda pela formação de professores e que esta não está sendo atendida ao longo dos anos segundo expectativa do Plano Nacional de Educação (PNE) em suas versões anteriores ao PNE 2014-2014. No que diz respeito às IES públicas, há uma improbabilidade de que as metas sejam atendidas, quando comparada a demanda e a oferta de vagas. Há ainda associada ao problema do déficit a questão da qualidade da formação docente. Para tal problema, será necessário, conforme Mill (2016, p. 445) um “[...] cuidadoso trabalho na definição das condições para atendimento à alta demanda por vagas no ensino superior ou tecnológico”.

Guimarães e Perotto (2013, p. 78; apud MEDEIROS, 2010), sobre o ensino a distância no Brasil na área de artes, relatam que:

[...] o país tem um total de 607 cursos superiores credenciados na área de artes (dados de 2010 do E-MEC3). Dos 607 cursos/habilitações 189 são de Música, 185 de Artes Visuais, 97 de Artes, 43 de Cinema e Audiovisual, 34 de Artes Cênicas, 33 de Teatro e 26 de Dança. No entanto, Medeiros (2010) explica que o número de cursos é insuficiente para atender a necessidade de profissionais para o exercício docente nessas áreas, pois "se presume que cerca de 1/3 (pouco mais de 200) são licenciaturas", ou seja, a maioria dos cursos de artes não prepara para a docência, e percebemos que cada vez mais, aumenta a demanda por professores para atuar tanto em contexto formal quanto não formal. (GUIMARÃES; PEROTTO, 2013, p. 78)

Percebemos tanto na fala de Mill (2016), quanto de Guimarães e Perotto (2013) que o déficit no número de professores na educação formal é grande quando comparado à demanda nas áreas de arte. Levando em conta que no ensino à distância, conforme citação de Guimarães e Perotto (2013) baseada em dados retirados do site oficial da ABED (Associação Brasileira de Educação à Distância), através de provas do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) estudantes com formação EaD superaram, em termos de nota, alunos que tiveram formação convencional, percebemos, analisando estes dados, na educação à distância uma possibilidade de aumento quantitativo e qualitativo do número de professores, a fim de responder ao déficit acima citado.

Mesmo notando a insuficiência de oferta de cursos de licenciatura em artes na modalidade a distância, Guimarães e Perotto (2013) ressaltam que:

[...] os cursos na área de artes ofertados na modalidade EAD são majoritariamente licenciatura, com a explícita tarefa de formar para a docência. O que não exclui a formação artística, estética e cultural. Outro ponto a ser destacado, é que estes cursos já nascem na especificidade de suas linguagens, a saber Licenciatura em: Artes Visuais, Música, Teatro, Dança. Isso significa dizer que esse foco das universidades públicas na formação de professores de arte em suas linguagens específicas está consoante ao momento político das reivindicações da categoria "arte-educadores" que ao rejeitar a polivalência, entende a necessidade de uma formação verticalizada embora aberta aos intercâmbios inter e transdisciplinares e para vivências de interterritorialidade de campos.(GUIMARÃES; PEROTTO, 2013, p. 78).

Nos distintos cenários em que foram ofertados os Cursos de Licenciatura em Artes Visuais (EAD), pela Faculdade de Artes Visuais da UFG, Guimarães e Perotto (2017, p. 1207) relatam peculiaridades, questões e demandas diversificadas. As autoras supracitadas, como docentes e coordenadoras (cargos atribuídos em momentos distintos) dentro do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da FAV – UFG (EaD), percebem o dualismo entre colonizar e descolonizar na esfera do ensino superior aqui pesquisado. Esse dualismo, metáfora criada pelas autoras, refere-se a “contradições, conflitos e deslocamentos” encontrados em suas experiências na educação à distância na UFG. (GUIMARÃES; PEROTTO, 2013, p. 75).

Guimarães e Perotto (2013, p. 79), a partir de suas experiências pessoais no Curso de Licenciatura em Artes Visuais, ofertado pela UFG, e da significativa possibilidade de “[...] formar um grande número de professores para o ensino de artes visuais [...]”, argumentam que oferecer o curso à distância possibilita o acesso a

formação docente nas cidades interioranas; faz circular “[...] uma produção teórica através da publicação de textos de professores e especialistas da área [...]”; forma uma rede colaborativa entre universidades. Para tanto, dentre outras inquietações, as autoras notaram a necessidade de que mudanças acontecessem na universidade onde estavam inseridas.

Diante da estruturação, construção e constituição do curso foram manifestos conflitos com professores, técnicos, “[...] estudantes, com a própria Faculdade que abrigava o curso, com outros cursos, com a universidade em si, e com o MEC e a CAPES, com suas regras de regulamentação para a oferta desses cursos EAD [...]” (GUIMARÃES; PEROTTO, 2013, p. 80). Uma estrutura, há anos sedimentada, passa a ser incomodada por um novo formato de ensino e aprendizagem. Romper estruturas solidificadas geram fissuras que reverberam, fisicamente em quem e o que a constitui, lei clássica da “ação e reação”, como também em quem e o que a contorna. Estava exposto um ambiente onde era perceptível esta verdade da física clássica e quântica das relações físicas e psicológicas.

Entre os anos de 2009 e 2011, Guimarães e Perotto relatam que:

[...] passamos a trabalhar numa equipe com 7 professores efetivos. Vagas que foram abertas exclusivamente para a educação à distância. Laboratórios foram montados, máquinas atuais chegaram, mecanismos de web conferência, hospedagem na rede da CAPES para realizar transmissões online, dinheiro para a produção de material didático (objetos de aprendizagem) e muitas outras coisas que beneficiaram a Faculdade de Artes Visuais bem como os pólos em que eram ofertados os cursos. Muita coisa não aconteceu: instalação para o curso de artes visuais nos pólos sempre precária, relação irrisória de vagas docentes em relação à quantidade discente, condições de trabalho instáveis, dentre outras promessas e necessidades que não foram cumpridas. Entre prometido cumprido e não cumprido, muita água correu por debaixo dessas seduções. Assim como fomos seduzidos, era preciso seduzir a outros, muitos outros. Atrair gente nova, propor parcerias, intercâmbios, mudar posturas preconceituosas via desafios de uma imersão experiencial como professores ou tutores. (GUIMARÃES; PEROTTO, 2009-2011, n.p.).

Na experiência com o curso, Guimarães e Perotto (2013) relatam também sobre o componente tecnologia (termo aqui ligado à tecnologia de informação e comunicação, integradas à formação científica) como condição necessária dentro da formação dos docentes que visam atuar nessa área, situação desafiadora para alguns e repugnante para outros. Indo além das questões tecnológicas as autoras acrescentam preocupações com a “[...] formação metodológica, científica e de

mediação comunicativa, assim como a questão pedagógica [...]” (GUIMARÃES; PEROTTO, 2013, p. 82).

Cabral (2015), enquanto docente no ambiente digital da formação a distância da Licenciatura em Artes Visuais na FAV-UFG, entre os anos de 2009 e 2012, relata que grande parte dos estudantes do curso não possuíam computadores ou uma adequada conexão com a internet, o que nos aponta que apesar do potencial que as TICs oferecem, “[...] a utilização pedagógica desses recursos nos programas do Curso ainda é mínima.”. (CABRAL, 2015, p. 30). A autora descreve algumas dificuldades encontradas:

[...] estudantes sem familiaridade e preparo para lidar com os aparelhos técnicos, caracterizando situações que exigem do corpo docente estratégias de ensino-aprendizagem não previstas pela estrutura curricular do curso, como, por exemplo, formar grupos de estudos nas cidades polos. [...] Dificuldades que abrangem desde a falta de infraestrutura do espaço disponibilizado pela maioria dos municípios/polos, - ateliês inadequados para a aprendizagem das práticas artísticas -; as condições precárias do transporte para viagens aos encontros presenciais, muitas vezes em finais de semana consecutivos, carga horária excessiva de horas/aulas dos/as professores/as, e, até mesmo, a luta pelo reconhecimento dos tutores/as a distância como professores/as [...]. (CABRAL, 2015, p. 30).

Apesar dos desafios, Cabral (2015, p. 31) apresenta-se atuante em um espaço dinâmico de encontro com sua identidade como docente, pesquisadora e aprendiz, de forma a modificar-se como sujeito, fazendo emergir “flexibilizações, concessões, tempo para escuta”. A autora descreve que em sua atuação como professora formadora no ambiente digital, mesmo acreditando na abordagem coletiva e horizontal de transmissão de saberes, por vezes ainda atua centrada na “transmissão de conteúdos”. Refletindo sobre sua atuação percebe com “estranheza” suas ações, um grande passo para modificá-las. Seu relato, compreendendo sua prática pedagógica, se volta para “[...] temáticas que versam sobre o professor-pesquisador; professor prático reflexivo; professor como intelectual crítico, e sobre a autonomia do professor.” (CABRAL, 2015, p. 34).

Percebemos que apesar das dificuldades enfrentadas pelos estudantes para uma equidade no acesso às novas tecnologias de forma a possibilitar que todos adentrassem no universo digital e que tivessem acesso às ferramentas tecnológicas, o ano de 2020 juntamente com a pandemia vieram deflagrar mudanças decisivas na educação. A absoluta ausência de outras possibilidades e alternativas que não

envolvessem os meios digitais como mediadores no processo educativo, fez com que o ensino a distância e/ou ensino remoto se apresentassem como protagonistas na (re)significação dos modelos de educação até então existentes. No entanto, para entendermos como essas mudanças vêm tecendo um novo caminho para as perspectivas de docentes e discentes, precisamos entender algumas ações e formalidades que deliberaram em favor da instauração do ensino remoto em caráter emergencial e a legitimação da EaD. Seguimos adiante com mais reflexões sobre o tema, rompendo barreiras e preconceitos até então já estabelecidos em nossa sociedade para com, digamos, diferentes formas de ensinar e aprender.

2.2 Construindo o Ensino Remoto na UFG

Em 17 de junho de 2020, a portaria nº 544 foi publicada no Diário Oficial da União. A mesma dispõe sobre a “[...] a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19 [...]” (BRASIL, 2020, p. 1). Dávamos início, como prescrição do Ministério da Educação, ao uso do Ensino Remoto Emergencial (ERE), que tratamos hoje como ensino remoto.

A portaria, em seu artigo 1º resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020, p. 1).

Às instituições de ensino instituiu-se a responsabilidade de definir os componentes curriculares a serem substituídos e disponibilizar recursos para o acompanhamento das atividades pelos alunos. Para as disciplinas práticas e de estágio ficou estabelecido que as mesmas, em substituição, deveriam obedecer “[...] às diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE [...]” (BRASIL, 2020, p. 1). Além desta prerrogativa, para o exercício destas disciplinas, se faria necessário a aprovação das mesmas institucionalmente por meio de colegiados e apresentação em projetos pedagógicos, bem como a comunicação da opção pela substituição das atividades letivas ao Ministério da Educação (MEC).

Em seu Art. 2º, a portaria previa também a opção, no caso do ensino superior, pela suspensão das atividades acadêmicas dentro de seu prazo de vigência. Resolução tomada pela Universidade Federal de Goiás, que suspendeu suas atividades de março a agosto de 2020, quando retorna no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE), de forma a garantir o distanciamento social, uma das recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a prevenção e contenção da pandemia.

O documento previa sua autorização estendida até 31 de dezembro de 2020, com uma possível retomada ao ensino presencial, em 2021, possibilidade não executada pelo agravamento da pandemia e o caos nas condições de saúde instaladas na extensão do território brasileiro.

No estado de Goiás, por meio de atos do poder executivo, é decretada a situação de emergência na saúde pública do Estado em razão da disseminação do novo Coronavírus. Diversas publicações no Diário Oficial dispõem sobre esta situação. Podemos verificá-las, por exemplo, no Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, que suspende no prazo de 15 dias eventos públicos e privados, visitação a pacientes internados com diagnóstico de coronavírus, acesso a eventos esportivos, aulas escolares em estabelecimentos públicos e privados etc.

Figura 2 – Notícia publicada no Portal G1 de Notícias.



Simultaneamente às resoluções do Governo de Goiás no uso de suas atribuições legais, em março de 2020 ainda era possível citar os casos de pessoas infectadas, como mostra a imagem acima retirada do portal de notícias G1. Havia 23 casos confirmados e aproximadamente 700 em investigação. Ainda não eram, na ocasião, registradas mortes pela doença.

Em edição extra, podemos encontrar no Diário Oficial do Estado de Goiás, o Decreto nº 9.634 estabelece medidas preventivas a serem adotadas pelos servidores públicos do Estado por 180 dias. Nele encontramos prescrição de isolamento hospitalar ou domiciliar aos servidores diagnosticados ou suspeitos de contaminação; procedimentos preventivos nas repartições públicas como a ventilação dos ambientes, afixação de cartazes educativos contendo indicações de cuidado e prevenção de contágio, limpeza e desinfecção de objetos e superfícies; revezamento da jornada de trabalho por meio de escalas e a implementação do teletrabalho.

O Decreto acima citado, em seu Art. 5º, recomenda que cada entidade ou órgão público avaliaria e discriminaria a quais servidores iriam se recomendar o teletrabalho. Nesta avaliação, seriam considerados como prioridade os servidores que apresentassem 60 anos ou mais, que tivessem histórico de doenças respiratórias, que utilizassem transporte público, grávidas e pais com filhos em idade escolar cuja escola tenha suspenso as aulas. O prazo de duração estabelecido para o sistema de teletrabalho era de 30 dias, podendo ser prorrogado por ato administrativo. Pelo inciso 12, podemos verificar a designação de teletrabalho:

§ 12. Para a execução dos preceitos deste artigo, considera-se teletrabalho o trabalho prestado remotamente por servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, com a utilização de recursos tecnológicos, fora das dependências físicas do órgão ou da entidade de sua lotação, e cuja atividade, não constituindo por sua natureza trabalho externo, possa ter seus resultados efetivamente mensuráveis, com efeitos jurídicos equiparados àqueles da atuação presencial, nos termos deste Decreto. (GOIÁS, 2020, p. 2).

Em 25 de março de 2020, o Decreto Legislativo nº 501 reconhece para fins legais o estado de calamidade pública em Goiás, este com efeito até 31 de dezembro de 2020. Podemos visualizar desde então algumas resoluções alterando os Decretos nº 9.633 e nº 9.634, prorrogando seus prazos de vigência, alterando as atividades suspensas e ampliando o isolamento social.

A situação de emergência na saúde pública em Goiás é reiterada no Decreto nº 9.848 de 13 de abril de 2021, até setembro de 2021. Prazo este podendo ser prorrogado conforme artigo 1º “[...] com a adoção de medidas de maior flexibilização ou restrição, conforme a avaliação de risco baseada nas ameaças (fatores externos) e vulnerabilidades (fatores internos) de cada local.” (GOIÁS, 2021, p.1). No Decreto, em seu Art. 3º, estão descritas as categorias de suspensão como eventos públicos, uso de espaços coletivos, visitação a presídios, pacientes com Coronavírus, e inúmeras outras atividades. Em seu Art. 5º, além de protocolos de funcionamento para determinadas atividades econômicas, estabelece a adoção do trabalho remoto em sistema de escala, a fim de reduzir o contágio e aglomerações. No caso das instituições de ensino, no artigo citado em seu inciso 3º determina que:

§ 3º As aulas presenciais em instituições de ensino público e privadas observarão os atos normativos editados pela Secretaria de Estado da Saúde, que serão fundamentados nas discussões do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública de Goiás para Enfrentamento ao Coronavírus – COE. (GOIÁS, 2021, p. 3).

É importante destacar que as aulas, em qualquer instituição de ensino, não são classificadas como serviços essenciais, podendo, portanto, condicionar ou interromper seu funcionamento.

A Universidade Federal de Goiás emite no dia 13 de março de 2020 o “Comunicado nº 1” designando algumas de suas primeiras providências em relação à crise de saúde disseminada com o advento da pandemia causada pelo Coronavírus. Nele, o “Comitê UFG para Gerenciamento da Crise COVID-19” estabelece:

1. A UFG, a partir da constituição desse Comitê, lançou uma campanha com as orientações e procedimentos relativos ao Novo Coronavírus, que pode ser acessada no link. Solicitamos divulgar e reforçar a campanha em suas unidades e órgãos.
2. Os servidores técnico-administrativos, docentes, estudantes e visitantes que vierem de viagens internacionais, a serviço ou por motivação particular, deverão executar suas atividades remotamente até o décimo quarto dia contado da data de entrada no País.
3. Os eventos, no âmbito da Universidade, deverão ser suspensos ou deverão ser realizados por videoconferência ou sistema remoto similar até novas orientações (seminários, congressos, simpósios, workshops, atividades festivas e culturais, etc).

4. As cerimônias de colação de grau previstas para o mês de março estão suspensas e, no dia 16 de março, serão comunicados os novos procedimentos a esse respeito.

5. A participação de indivíduos pertencentes ao grupo de risco em atividades acadêmicas deverá ser evitada, visando minimizar o risco de exposição ao COVID-19. Fazem parte do grupo de risco: idosos, diabéticos, gestantes, asmáticos, hipertensos, portadores de insuficiência renal crônica e de doença respiratória crônica, cardiopatas e imunossuprimidos em geral.

6. As pessoas que tiverem contato próximo a casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, no período de 14 dias desde o aparecimento dos sintomas, devem ficar afastadas de suas atividades e, caso apresentem dificuldades respiratórias, devem procurar atendimento médico.

7. Recomenda-se que quaisquer dúvidas sejam encaminhadas a esse Comitê por meio do Gabinete da Reitoria (gabinete.reitoria@ufg.br) . (UFG, 2021, n.p.)

Em Nota Oficial, datada em 15 de março de 2021, a Reitoria de UFG, considerando “As orientações da OMS; A evolução do quadro nacional; As discussões realizadas com o Comitê UFG para Gerenciamento da Crise COVID-19; A decisão da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás [...]” (UFG, 2021, n.p.), resolve pela suspensão das aulas presenciais “[...] dos cursos de graduação, pós-graduação e do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) pelo período de 15 dias, a contar do dia 16 de março de 2020. [...]” (UFG, 2021, n. p.), conforme já foi explicado anteriormente

No “Comunicado nº 2” acerca da Crise COVID-19, feito em 18 de março de 2021, a UFG decide pela continuidade do trabalho docente, realização de bancas pré-agendadas (sendo estas a serem realizadas preferencialmente por videoconferências), atividades de pesquisa, respeitando as orientações previstas pela OMS. Aos servidores pertencentes aos grupos de risco facultou-se o trabalho na forma remota. Na mesma data, é noticiado o fechamento dos restaurantes universitário e executivo, acatando o Decreto nº 9.632 (de 13 de março de 2020) do Estado de Goiás.

Neste período podemos verificar, noticiados no site oficial da UFG, ações visando o combate ao coronavírus como equipes trabalhando de forma voluntária na produção de solução de etanol a 70%; desenvolvimento e validação de máscaras de plástico; pesquisas para a criação e manutenção de ventiladores mecânicos para o tratamento de pacientes infectados; produção pelo Instituto de Química de desinfetante que substitui o álcool em gel; ações solidárias prestando apoio à

indivíduos em situação precária durante a pandemia; terapias integrativas a distância; trabalho coletivo com outras instituições na produção de equipamentos de proteção como máscaras cirúrgicas e aventais etc.

Em 27 de março de 2020 a UFG resolve pela suspensão do calendário acadêmico de 2020 por meio da Resolução CONSUNI N° 18/2020. A mesma, para sua execução, leva em consideração o “[...] processo Eletrônico nº 23070.014669/2019-79 9, considerando-se os termos estabelecidos no inciso XX do Art. 21 do Estatuto da UFG [...]” (UFG, 2020, p. 1), bem como:

a) o disposto na Instrução Normativa N° 20, de 13 de março de 2020, do Ministério da Economia (ME), que altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19); b) a Nota Técnica nº 1/2020 da Secretaria de Estado da Saúde do Governo de Goiás, de 15 de março de 2020, que, dentre outras determinações, paralisou as aulas da rede pública estadual por 15 dias, a partir de 16/03/2020, com tolerância máxima até 18/03/2020, podendo ser prorrogável a depender da avaliação da autoridade sanitária do Estado; c) a Nota Oficial da UFG de 15/03/2020, do Comitê UFG para o Gerenciamento da Crise COVID-19, que suspendeu as aulas presenciais do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), dos cursos de graduação e de pós-graduação pelo período de 15 dias, a contar do dia 16 de março de 2020; d) o Art. 2º da Portaria 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação, que faculta às instituições de educação superior a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19); e) a Portaria nº 454, de 20/03/2020, do Ministério da Saúde (MS), que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19 (coronavírus); f) a Portaria nº 356, de 20 de março de 2020, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do coronavírus (COVID-19); g) a Portaria nº 492, de 23 de março de 2020, do Ministério da Saúde (MS), que institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19); h) e a evolução dos casos de COVID-19 (coronavírus) no Estado de Goiás e no País e a recomendação de isolamento social da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS); [...]”. (UFG, 2020, p. 1).

Por esta resolução, as atividades acadêmicas presenciais e os cronogramas de matrícula dos processos seletivos para ingresso em 2020, ficaram suspensas, tanto nos cursos de modalidade presencial quanto de modalidade a distância. Neste período, conforme inciso 2º do Art. 1º, “As atividades presenciais suspensas não poderão ser repostas ou substituídas por atividades remotas, considerando a realidade socioeconômica da maioria dos estudantes da UFG [...]” (UFG, 2020, p. 2). Mantiveram-se os estágios supervisionados na área da saúde, programas de

residência médica e bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações, atividades de extensão relacionadas à saúde, pesquisas voltadas ao enfrentamento da pandemia no modo não presencial.

A reposição das aulas suspensas neste período, conforme Art. 6º,

Fica a cargo da Comissão do Calendário Acadêmico 2020 elaborar, em momento oportuno, uma proposta de reposição das aulas e atividades não realizadas durante o período de suspensão, a ser apreciada e aprovada pelas instâncias colegiadas competentes, visando garantir a continuidade do processo didático pedagógico. (UFG, 2020, p. 3).

Enquanto suspensas as atividades acadêmicas, foram desenvolvidas pela UFG várias ações para o enfrentamento da pandemia. A campanha UFG Solidária convocou voluntários para a produção de equipamentos de proteção, foram disponibilizadas atividades gratuitas de formação, suporte psicológico, shows, vídeos, webconferências, entre outros, à comunidade acadêmica.

Pela página virtual de notícias da UFG, podemos verificar que, em 03 de junho de 2020, o Conselho Universitário aprova a retomada das atividades acadêmicas. Vieira (2020) descreve que em reunião on-line ficou aprovada a volta das atividades acadêmicas do semestre 2020/1 (suspensão em 27 de março de 2020). Em sua reportagem, a autora salienta que:

O reitor Edward Madureira explicou que a decisão significa a retomada do calendário acadêmico, mas que serão feitos ajustes com relação a disciplinas práticas ou aquelas que não são passíveis de ocorrer de maneira remota. “Estamos em situação de absoluta exceção, que é tratada com o cuidado e o critério que pauta essa Universidade”, afirmou Edward. “As especificidades vão ser consideradas”, completou a vice-reitora Sandramara Matias. (VIEIRA, 2020, n.p.).

A retomada do semestre de forma remota seria efetivada no dia 31 de agosto de 2020. Segundo Vieira (2020), o retorno seria instruído por normativas emitidas pela Pró-Reitoria de Graduação. No intervalo entre a notícia de retorno às aulas e a retomada efetiva, alguns estudantes foram contemplados com computadores e *smartphones*, auxiliando o acesso dos mesmos ao ensino remoto.

O retorno às aulas, por meio do ensino remoto, estabelece-se respaldado pela portaria 1.030 do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União em 02 de dezembro de 2020. A mesma dispõe sobre o “[...] caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades

pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.” (BRASIL, 2020, n. p.). Em seu artigo 3º cita o “[...] caso de suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais.[...]” (BRASIL, 2020, n. p.), fato ocorrido no estado de Goiás por determinação das autoridades locais, Este artigo prevê ainda que nesta situação as instituições de ensino poderão fazer uso dos recursos educacionais digitais bem como das tecnologias de informação e comunicação, desde que,

[...] utilizados de forma complementar, em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia de Covid-19 estabelecidas no Protocolo de Biossegurança instituído na Portaria MEC nº 572, de 2020. (BRASIL, 2020, n.p.)

Algumas diretrizes foram tomadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas para o ensino remoto na UFG. A Resolução CONSUNI nº 34/2020 que aprova a Instrução Normativa CONSUNI no 01/2020, reúne procedimentos acerca de regras e procedimentos a serem tomados pela comunidade acadêmica, designando tarefas e normas a serem cumpridas pelos professores, alunos, diretores e demais componentes colegiados.

Na normativa, em seu artigo 1º, podemos verificar a data de retomada das atividades acadêmicas a partir de 31 de agosto de 2020 por meio do ERE – Ensino Remoto Emergencial. Logo em seu artigo 2º, é descrita a forma como as aulas deveriam, e estão sendo feitas, compilando momentos síncronos - onde o professor e o aluno estão reunidos em um ambiente virtual no mesmo momento, e momentos assíncronos – quando as tarefas e orientações são feitas em momentos diversos, também de forma não presencial; sendo que as atividades síncronas deverão acontecer em horários pré-estabelecidos cadastrados no SIGAA UFG – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal de Goiás. Hoje estas atividades ocorrem na plataforma virtual *google meet* por videochamada, estas reuniões coletivas são agendadas pelos professores, que compartilham o link de acesso com os alunos. Em geral, os encontros são gravados e disponibilizados para a turma.

O documento indica a necessidade da reelaboração dos planos de ensino pelos professores, adequando-os às particularidades do ensino remoto, em consonância

com as “[...] Diretrizes Institucionais para Organização Didático Pedagógica do Ensino Remoto Emergencial na UFG”. (UFG, 2020, n. p.)

Quanto aos componentes curriculares, tanto os obrigatórios, quanto os optativos, deverão ser ofertados de forma remota, com exceção daqueles cuja demanda necessite de “[...] I- práticas profissionais; II- práticas que exijam laboratórios especializados; III- alternância pedagógica (tempo UFG e tempo comunidade).” (UFG, 2020, n. p.).

A normativa, na Seção V, trata especificamente dos estágios obrigatórios e das aulas práticas. Nela verificamos que a realização destes componentes “[...] deverão ser analisados pelo Conselhos Diretores das Unidades Acadêmicas ou Colegiados Unidades Acadêmicas Especiais e, ouvido o NDE do curso, para verificar a possibilidade de realização remota por meio de diferentes tecnologias.” (UFG, 2020, n. p.). O que nos aponta possíveis diferenças em seu estabelecimento considerando as peculiaridades existentes nos diversos cursos ofertados pela UFG.

2.3 O Ensino Remoto no Curso de Licenciatura em Artes Visuais – Modalidade a Distância

O curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFG, modalidade a distância, conforme já apresentado, tem como uma de suas principais características a mediação do conhecimento em tempos e espaços diversos dentro da comunidade acadêmica. Com o suporte das tecnologias de informação e comunicação, os atores desse espaço acadêmico mediam processos de ensino e aprendizagem. É necessário compreender que este curso foi para funcionar não somente no espaço virtual, mas também de forma presencial, portanto, de forma híbrida.

Os encontros presenciais foram planejados dentro do curso como parte complementar à virtual. Os mesmos, até o advento da pandemia, foram realizados na FAV – UFG e nos Polos Municipais de Apoio Presencial – unidades físicas onde aconteceram encontros presenciais de professores, tutores, alunos e demais sujeitos colaboradores que atuam nos polos. Sobre estes encontros, verificamos que:

Os encontros presenciais acontecem em períodos determinados no cronograma anual do curso. A cada período letivo, são indicados de um a três encontros presenciais obrigatórios na Faculdade de Artes Visuais/UFG e ou polo com carga horária mínima de 12 horas e máxima de 25 horas. Tais encontros têm por objetivo aprofundar, ampliar e avaliar (presencialmente) os conteúdos, ampliando as ações no campo das mediações e interlocuções

desenvolvidas nos espaços de discussões definidos no plano de curso e dinamizados na sala das disciplinas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem. O período da semana indicado para agendamento dos encontros presenciais é indicado pela coordenação. A programação de cada encontro é divulgada com antecedência. Os planejamentos para estes momentos são desenvolvidos pela coordenação do curso em diálogo com o NDE. (PPP, 2014,p. 30)

Assim como nos demais cursos da UFG, a partir de maio de 2020, pela Resolução CONSUNI N° 18/2020, os encontros presenciais do curso ficaram suspensos. A peculiaridade é que, enquanto os demais cursos da unidade ficaram paralisados, a Licenciatura em Artes Visuais EaD deu continuidade às suas atividades acadêmicas, mesmo sem os encontros presenciais. Como o curso já acontece com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, já eram realizados, mesmo antes da paralisação, encontros síncronos em ambientes digitais, o que facilitou essa “passagem” dos momentos presenciais para o remoto. Os encontros nos polos passaram a acontecer de forma síncrona no curso, mesmo com grande parte da comunidade acadêmica paralisada.

Dentro da estrutura curricular do curso, o componente Estágio Supervisionado – I, II, III e IV – foi um dos mais afetados pela pandemia. Pela necessidade de afastamento social, a partir de março de 2020, passou a ser realizado de forma remota.

As disciplinas, conforme PPP (2014), para os estágios I, II, III e IV demandam sucessivamente:

Acompanhamento de práticas educativas das Artes Visuais no contexto educacional local. Definição de objetivos, características e procedimentos de observação para descrição, análise e experimentação de práticas de ensino e processos de aprendizagem em arte em contextos educacionais formais ou não-formais. (PPP, 2014, p. 57)

Análise de práticas educativas das Artes Visuais no contexto educacional da região local. Planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino e aprendizagem em Artes Visuais em diferentes níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA/EAJA integrando as modalidades de ensino presencial e a distância. Experimentação da prática pedagógica em instituição escolar e/ou espaços educativos não formais. (PPP, 2014, p. 57)

Investigação etnográfica em diálogo com as dinâmicas da escola e outros contextos educativos. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos educacionais em artes visuais. Estudos e reflexões sobre a construção da subjetividade docente. (PPP, 2014, p. 58)

Apresentação e estudos transdisciplinares em diálogo com o planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos educacionais em artes visuais. Discussão sobre as problematizações e contribuições do estágio supervisionado na formação do sujeito docente. Reflexões sobre memória, política e responsabilidade social no exercício da prática educativa. (PPP, 2014, p. 58)

Em todas as acima citadas podemos verificar a necessidade de estar no “contexto educacional da região local”, condição, que se referenciada a inevitabilidade da presença física no espaço escolar, se tornou inexistente no contexto pandêmico. A esta condição, verificamos a Resolução CEE/CP nº 13, de 28 de julho de 2020, proveniente do Conselho Estadual de Educação de Goiás, determinando o regime especial de aulas por meio de tecnologias, reforçando a apropriação do sistema remoto nas IES concedentes e por consequência nas disciplinas de estágio. A mesma “Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19.” (GOIÁS, 2020, p. 1)

Diante da possibilidade da “presença” de forma remota, aprovada pela normativa CONSUNI nº 01/2020, em sua seção V, as disciplinas de estágio foram, e estão sendo realizadas. Para tanto, passaram a seguir as orientações encontradas no Ofício Circular nº 42/2020/PROGRAD/UFG, de 28 de julho de 2020, que orienta sobre a tramitação de documentos, protocolos de preservação da saúde, documentos obrigatórios, relação com as seguradoras, processos para fluxo de documentos e assinatura dos mesmos pelos estagiários, responsáveis concedentes e coordenadores etc. É importante ressaltar que até que ao Ofício Circular nº 42/2020/PROGRAD/UFG fosse publicado, o diálogo com os espaços escolares esteve suspenso, visto que não havia documentação que legitimasse esse diálogo diante do contexto deflagrado pela pandemia.

Consideramos relevante ressaltar o tópico 2 do ofício, onde considera que:

[...] atividades previstas para os estágios obrigatórios poderão ser substituídas, integralmente ou parcialmente, por atividades mediadas por meio de diferentes tecnologias; para tanto, os cursos deverão dialogar internamente, os planos de ensino readequados deverão ser analisados pelo Conselho Diretor ou Colegiado, ouvido o NDE do curso, conforme instrução normativa a ser publicada pela PROGRAD, que disporá sobre procedimentos relativos às atividades acadêmicas da graduação na modalidade remota; [...] (UFG, 2020, n. p.)

Em posse do ofício acima citado e do PPC podemos indicar que a realização das disciplinas de estágio supervisionado está em conformidade com os dois documentos. As práticas educativas em Artes Visuais foram e estão sendo acompanhadas, analisadas, planejadas, desenvolvidas, dialogadas e avaliadas pelos componentes desta ação – professores e tutores da disciplina, professores orientadores das IES concedentes pactuadas e estagiários. No caso do curso de Licenciatura em Artes Visuais a distância da UFG, as atividades do componente Estágio, estão sendo feitas de forma integralmente remotas, mediadas por meio de encontros síncronos – previamente agendados com os docentes e discentes.

No caso do curso de Licenciatura em Artes Visuais a distância da UFG, as atividades do componente Estágio, estão sendo feitas de forma integralmente remotas, mediadas por meio de encontros síncronos – previamente agendados com os docentes e discentes. O contato dos estagiários com dimensões físicas das escolas concedentes se dá por meio de recursos digitais como acesso às dependências pelo *Google Earth*, sites institucionais, fotos, vídeos encontrados do *Youtube*, vídeos, entrevistas, textos e descrições disponibilizadas pelos professores. A percepção de itens da dimensão pedagógica (ANDRÉ, 1992) como contexto pedagógicos, planejamento docente, atividades desenvolvidas, organização das aulas, plataformas e demais meios de interação com os alunos no momento remoto, se dá por meio de entrevistas em encontros síncronos, bem como com a disponibilização de materiais pelo professor por e-mail ou mesmo via *WhatsApp*⁴, em um grupo virtual criado para interação e compartilhamento de experiência e materiais entre o professor e os estagiários.

Na condição de ensino remoto, o fluxo das documentações exigidas nas disciplinas de estágio mudou, conforme indicado no OFÍCIO CIRCULAR Nº 42/2020/PROGRAD/UFG, que indica as orientações sobre os estágios obrigatórios diante da retomada do calendário acadêmico de 2020⁵; e as Orientações DDA - Novo fluxo de documentos de estágios obrigatórios⁶. O fluxo dos documentos passou a ser disponibilizado pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFG, por meio do

⁴ WhatsApp: Aplicativo de comunicação que permite troca de mensagens em áudio e vídeo pela internet. Dentro do cenário atual de ensino remotos há salas de aula que estão apenas no WhatsApp.

⁵ Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/SEI_UFG_-_1460342_-_OF%C3%8DCIO_CIRCULAR.pdf. Acesso em: abr. 2021.

⁶ Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Orientacoes_DDA_estagios_obrigatorios_organized.pdf. Acesso em: abr. 2021.

qual a figura do coordenador de estágio, utilizando seu *login* único, insere a lista de alunos matriculados na disciplina, inclui o termo de compromisso individual ou coletivo que será assinado pelo grupo de estudantes e responsável legal pela empresa/instituição concedente, e também pela coordenação de estágio. A este mesmo processo é incluído o Plano de Atividades, liberando também neste, as assinaturas dos envolvidos na disciplina. Aos estudantes, após a assinatura dos documentos, ficam liberadas as atividades de estágio. Finalizado o estágio, o Ateste de Estágio Obrigatório é preenchido e assinado pelo coordenador da componente, concluindo o processo.

Quando a realização do estágio curricular obrigatório é na unidade que abriga o curso, sendo o professor orientador também o supervisor, há a dispensa do termo de compromisso e plano de atividades de estágio, desde que o aluno esteja matriculado na componente curricular. Nesta condição, a conclusão do estágio se dá por um processo de defesa de relatórios/atividades de estágio. A ele é designada uma banca de defesa por onde se consolidará a ata de defesa assinada pelo coordenador de estágios e orientador, finalizando o processo. Segundo informado pela coordenadora de estágio supervisionado dos Cursos de Licenciatura em Artes Visuais da FAV (Modalidade Presencial e Modalidade a Distância (SANTOS, 2021, mensagem verbal), todas as ofertas das disciplinas de Estágio Supervisionado da FAV, correspondentes aos semestre letivos 2020-1 e 2020-2 (na ocasião da pesquisa ainda em andamento), estiveram em diálogo com professoras e professores das Redes de Ensino dos seguintes municípios: Goiânia-GO, Aparecida de Goiânia-GO, Senador Canedo-GO; da Rede Estadual de Goiás; e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), campus Águas Lindas de Goiás-GO, Anápolis-GO, Inhumas-GO e Jataí-GO; e também com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), por meio de Termo Aditivo ao Convênio, solicitado pela coordenação de estágio do Curso e mediado pelo Setor de Convênios da UFG, o qual foi assinado durante o período de suspensão das aulas presenciais, autorizando o Estágio Remoto nesta Secretaria de Educação.

É importante salientar que uma das condições para que as disciplinas de estágio obrigatório acontecessem de forma remota na SME Goiânia foi a obrigatoriedade de todos os estudantes em realizar um curso de formação disponibilizado de forma gratuita pela Secretaria Municipal de Goiânia. Acordo entre as secretarias das Instituições de Ensino Superior de Goiás. O curso SME em

Conexão – Curso de Formação de Professores foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia para atender professores regentes das Instituições Educacionais Municipais. De forma geral, o curso objetiva a formação de professores no uso da tecnologia, “[...] considerando os documentos norteadores da Proposta Político Pedagógica da SME para os diferentes níveis em que estes profissionais atuam.” (GOIÂNIA, 2020, p. 10). Parece-nos que as secretarias de educação em todo país se preocuparam com a qualificação dos professores e colaboradores envolvidos diretamente com o processo educativo para lidar com as novas tecnologias neste momento de pandemia, embora em tempo recorde. Outro exemplo seria a SEDF, que disponibilizou por meio da EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação) cursos para os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal para que se adequassem à nova realidade de ensino fazendo uso das tecnologias e recursos digitais aplicadas ao ensino remoto.

A coordenação estágio então solicitou a matrícula de todos os estudantes da Licenciatura no curso SME em Conexão da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia por entender ser um importante processo formativo para os professores, agora também para os estagiários que estavam incapacitados de irem à campo, mas necessitavam atuar de forma prática em salas de aula para concluir sua formação no curso de licenciatura. Foi assim que aos poucos, com interesse e esforço de todos, as dificuldades e empecilhos foram sendo sanados. Tornou-se então viável a retomada dos estágios e até os documentos burocráticos necessários para legitimá-los foram digitalizados, encaminhados aos estudantes via SEI para serem assinados digitalmente. Toda a demora para os trâmites burocráticos com papéis, cópias, assinaturas, busca por escolas e devolução dos mesmos para a coordenação do curso tornaram-se mais ágeis e funcionais.

Partindo de documentos oficiais, dentre eles Decretos, Portarias, Diretrizes, Ofícios, Orientações e resoluções diversas, tanto no âmbito Federal, Estadual, Municipal e Institucional, pudemos construir uma contextualização básica sobre como o Ensino Remoto foi inserido no Curso de Licenciatura em Artes Visuais a distância da UFG. Usando de nossos contextos pessoais, juntamente com indicações colhidas pelas respostas obtidas no questionário enviado a professores e tutores do curso, objeto desta pesquisa, apresentamos a seguir olhares que partem de perspectivas íntimas sobre o tema trabalhado.

3 REFLETINDO NOVAS PERSPECTIVAS: OLHARES SOBRE O ENSINAR E APRENDER NA PANDEMIA

“Vai ficar tudo bem!” (Autor desconhecido, 2020).

3.1 Relatos pessoais: Giovanna Carolina Silva

Conheci o curso de Licenciatura em Artes Visuais, pela UAB, com polo em Anápolis, por acaso, há muitos anos, quando procurava um curso de Artes Visuais a distância. Fiquei durante um tempo esperando abrir processo seletivo. Já que não era periodicamente contínuo. Acreditava, do lado de fora, ser um curso simples. No meu caso, sendo mãe, tendo que trabalhar, a modalidade a distância seria a ideal, pois faria o meu próprio tempo de estudo. Tendo a oportunidade de passar no processo seletivo da FAV-UFG, como estudante, fiquei muito grata com a oportunidade. Hoje, no oitavo período, percebo algumas peculiaridades no curso.

Há muito trabalho a fazer, temos que ter disciplina e organização para com as datas de entregas das atividades. É um curso que demanda tempo e dedicação. Modo de trabalho possivelmente exigido pelo mercado de trabalho, uma performance de proatividade, organização, determinação e estudo.

Estudar pelo computador foi algo novo, tomando como referência minha primeira graduação e outros cursos *lato sensu* e *stricto sensu* efetivados de forma presencial, em um espaço formal de sala de aula e uma estrutura didático-pedagógica usual de recursos materiais comuns, como aulas expositivas com projeção e materiais impressos. Estar em um ensino a distância me colocou em um local inicialmente desconfortável, o ambiente virtual. Por certo que o desconforto foi somente pelo desconhecimento e a falta de intimidade com o ambiente. Com o tempo habituei-me ao espaço virtual, à plataforma de estudo, às atividades, às leituras de arquivos em PDF. Confesso que inicialmente cheguei a fazer a impressão dos e-books, pois ainda estava presa ao papel. Hoje substituo, quase que totalmente, o uso das impressões pelo estudo e elaboração de tarefas de forma digital.

Um lado positivo de estudar a distância, pessoalmente, foi poder agendar meus horários, criando assim uma autonomia de gerenciamento de estudo e demais afazeres diários. Por outro lado, sinto falta da presença das pessoas, dos colegas e professores. Percebo que quando a disciplina desenvolve videoaulas, mensagens de

áudio ou encontros síncronos é muito assertivo para com o ensino e a aprendizagem. Pois mesmo com a distância física, a aproximação visual e auditiva faz toda a diferença, aumentando a motivação e auxiliando na compreensão do conteúdo.

No caso da interação com os outros alunos no ambiente virtual, plataforma de ensino *Moodle*, percebo uma situação ainda frágil. Apesar de termos o lugar dos fóruns, onde podemos entrar em contato com os colegas, estes são ainda pouco explorados. Provavelmente pela diferença de rotina diária de cada estudante; pela demanda de outras atividades a serem desenvolvidas, ou até mesmo pela insegurança de estar em um local de exposição. Apontamentos a serem pesquisados com mais profundidade em outro momento.

Formalmente, dentro da organização das disciplinas, percebo o plano de curso, como de extrema importância, tanto abordando as bibliografias citadas, quanto e principalmente ao cronograma e valoração das atividades, pois nos facilita (como alunos), priorizar atividades e ter atenção quanto aos prazos. Este lugar de importância dado ao plano, diverge em minha percepção quando comparado a valoração a ele dada nos cursos presenciais, onde o tempo parece não ser o mesmo, configurando-se mais lento e maleável, modo este ressoado no cumprimento deste documento.

Os conteúdos e materiais para leitura disponibilizados no curso são muitos e bem consistentes. Facilita ter um *e-book*, com uma linguagem pessoal, em cada disciplina. Quanto à qualidade técnica, não tenho dúvidas que possuem a melhor possível.

Sobre o polo de apoio presencial, nos primeiros anos do curso, tinha a percepção que o mesmo poderia ser mais utilizado. Antes de estar na condição de aluna, supunha que algumas aulas, ou disciplinas seriam ministradas lá, o que seria um grande ganho no meu ponto de vista. Quando aconteciam os encontros presenciais nos polos, percebia que as poucas horas de disciplinas ministradas eram muito rápidas, sendo que a maior parte do tempo desses encontros eram destinados às provas. Ficando poucos momentos de discussão e interação entre alunos e professores.

Hoje, encontrando-me em um ensino híbrido, parte a distância e parte remoto, reviso a condição global dos encontros presenciais. Intuo, e a intuição parte da não possibilidade do encontro, que é possível criar um “novo” espaço presencial. Em algumas reuniões em que participei como aluna, com colegas de turma e professores,

estávamos todos presentes. Através dessa “presença”, mesmo que em um espaço virtual, tive o mesmo aprendizado e orientação que teria em um ambiente físico. A “presença” relativizou-se nesse “novo lugar”. As barreiras físicas, anteriormente quebradas pela tecnologia, foram descortinadas.

Ainda há, a falta sinestésica da presença material do outro, não há dúvida. Motivados pela condição de seres sociais, ainda estamos a nos adaptar ao lugar virtual. Porém, há de se levar em conta que este “descortinamento” de outras possibilidades de encontro facilita interações antes dificultadas por barreiras como a distância física dos atores da ação educativa (alunos e professores).

3.2 Relatos pessoais: Rosa Pires Fernandes

Minha primeira formação foi na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes (FADM/FBT) em Brasília na modalidade presencial. Sempre trabalhei com artes e comecei a fazer teatro ainda na adolescência, em 1991. A Arte sempre esteve presente em minha vida, seja de forma lúdica ou profissional. Quando chegou o momento de cursar uma faculdade já sabia qual curso escolher.

Acabou ingressando profissionalmente no teatro, cursando Artes Cênicas no Dulcina. “Como não tinha dinheiro nem pra pagar passagem”, recorda Rosa, “fiz milhares de outros cursos para conseguir realizar este sonho de crianças: ser artista. “Trabalhou em parque de diversões, vendeu bolsas de barbante na Rodoviária do Plano Piloto e foi até cabeleireira. Tem muito mais história, como nos conta Rosa Pires. (MIRANDA, Revista Tablado, 2004, p. 13).

Poderia ter optado já de imediato pelo curso de Artes Visuais, também ofertado pela faculdade na época, em 1996. No entanto, embora já trabalhasse com artesanatos, meu contato com o teatro falou mais alto. Na época, a logística da periferia na Capital não favorecia aos estudantes que quisessem cursar Artes, muito menos em uma faculdade particular. Foram muitos os desafios, entre eles minha condição socioeconômica, a distância, a oferta do curso no noturno e a violência de uma cidade grande. Além do mais, por ser mulher sempre havia mais risco no traslado de volta para casa após as aulas. Chegar em casa após à meia noite, sozinha e de ônibus, não era nada seguro desde aquela época. Mas o sonho de ser artista e de talvez ter uma vida melhor, que me recolocasse com mais dignidade numa sociedade elitista e patriarcal, falou mais alto. Embarquei no sonho de Dulcina, fazendo da arte também meu sonho:

E eu estou contribuindo, como tantas outras pessoas, para distribuir conhecimento, a noção da responsabilidade do teatro. O prazer do teatro. Estou dando a eles um ensinamento que vai possibilitar, eu estou certa, tenho certeza absoluta disso, que vai possibilitar a eles serem felizes como seres humanos. Você sabe o que é sentir que se está distribuindo alguma forma de felicidade para essa juventude de hoje? Eles são tão cheios de problemas, de angústias, de perguntas sem respostas.[...] (VIOTTI, 1988, p. 39).

Eram quatro anos de curso, mas consegui adiantar um semestre com cursos de inverno e verão. Pelo menos metade das horas cursadas devo ter passado dentro de ônibus lotado, em idas e vindas para a faculdade. Está aí uma vantagem que o curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância nos proporcionou: mais horas de estudo e mais tempo para nós. Antes da formatura já havia passado no concurso para professor de Artes da Secretaria de Educação do DF, logo que concluí o curso em 1999 e tomei posse. Foram muitos trabalhos, projetos e desafios que me fizeram repensar sobre a expectativa em relação ao “sonho de ser artista”.

Em 2002, após um projeto de teatro na escola que trabalhava, decidi que era hora de viver da arte e por ela. Naquele momento, acreditava que embora fosse professora de arte, eu não era artista. Assim, fundei a primeira escola de teatro de Taguatinga, cidade satélite de Brasília. A escola era uma produtora e também ministrava diversos cursos na área artística, tendo como principal atividade um Teatro de Bolso. Queria proporcionar a outras pessoas da periferia o que a Arte havia me proporcionado: sonhar, acreditar em si mesmo e viver com dignidade.

Quem mora longe do Plano Piloto se cansa de dar desculpas por excluir espetáculos teatrais do roteiro. Basicamente, é tudo distante e caro. Ao menos este mês, moradores de Taguatinga têm leque variado de peças bem perto de casa. É o projeto *Cultura para Todos*, oferecido pela Escola de Teatro Rosa Pires, que fica no Pistão sul. (CALDAS, Correio Braziliense, 2004, p.19).

Assim, com árduo trabalho e dedicação a escola funcionou até 2007. Infelizmente, a realidade da vida de um artista em um país como nosso que não oferece condições de trabalho e concorrência justa como a seleção de projetos junto às iniciativas governamentais e acesso às Leis de incentivo à cultura, mais uma vez foi preciso interromper o sonho. No entanto, a arte sempre foi minha profissão e foco.

Como professora, me vi várias vezes tendo que atuar com polivalência nas escolas e projetos, pois faltam nas escolas profissionais das diversas linguagens

artísticas que garantam o direito do aluno o acesso a outras linguagens artísticas, como define a própria BNCC :

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. [...] (BNCC, 2018, p.194).

E foi com autodidatismo e muita vontade de fazer a diferença que muitas vezes me via ministrando aulas sobre linguagens, às quais não estava habilitada. Mas percebia que o aluno precisava daquela experiência e conteúdo, e sempre tentei fazer o meu melhor e com amor como um dia aprendi. Mesmo assim, tanto em escolas públicas como privadas, não via diferença no interesse e respeito para com o ensino das Artes. Nestes momentos recordava dos relatos de tantos outros ex-alunos de Dulcina, que tiveram a honra de conhecer e aprender com a atriz e professora. Em entrevista à Revista Urdimento (2010), seu ex-aluno André Amaro conta o que ouvia constantemente da mestra:

O teatro é um exercício da espiritualidade”, dizia seguidamente. A frase ... servia-nos como um lema norteador e estava associada a um grau de envolvimento e dedicação inabalável àquela arte. Amor e respeito, disciplina e ética, humildade e coragem eram palavras que se desprendiam com frequência de suas lições diárias... [...] (TEIXEIRA, 2010, p.67).

Nesta mesma entrevista, Dora Wainer que também era sua ex-aluna conta uma das inúmeras frases memoráveis de Dulcina e seus ensinamentos: “A vitalidade, a doação, o prazer que ela tinha em ensaiar, em ensinar para nós a grandeza dessa arte.”. (2010, p. 67). E foi assim que segui firme no meu propósito de continuar repassando o que um dia aprendi por meio da arte: respeito, ética, amor pelo que se faz e sentir verdadeiramente.

Nos anos que se seguiram algumas tragédias ocorreram na minha vida pessoal e não foram devidamente superadas, e somadas às inúmeras decepções quanto à educação, decidi pedir exoneração do cargo público como professora. Conviver com jovens tão cheios de energia e vontade, me fazia acreditar que era capaz, que podia contribuir de forma positiva para essa transformação, ao mesmo tempo em que era boicotada pelo sistema. Foram muitas as vezes que pensei em desistir dos projetos.

Eu era o estereótipo daquele que não teria nenhuma chance na vida. Em entrevista para a Revista Pense Leve, convidada para falar sobre superação, pude contar minha história:

Fui achada no lixo! Meus pais eram muito pobres e deram-me para uma senhora, que sem poder cuidar de mim, me jogou no lixo. Resgatada, acabei sendo adotada por um outro casal. Muito desnutrida e doentinha, fui desenganada pelos médicos no hospital, mas meus pais adotivos não perderam as esperanças. Mudamos para o interior de Goiás, onde fui criada. (REVISTA PENSE LEVE, 2007, p. 63)

Aceitar que o único caminho viável era um subemprego, que há coisas que não mudam, principalmente se você aceita a divisão de classes e condição de exclusão que nos é imposta injustamente por esta sociedade, parecia ser normal e o ciclo natural a percorrer. Mas minha formação e respeito às artes foi construído com solidez e esse pensamento não cabia em mim. Tive todas as razões para desistir, mas eu escolhi lutar.

O teatro me ajudou na busca pelo autoconhecimento. Morava no teatro, dormia sobre o palco e era feliz na medida do possível, pois imaginava ser quem eu sonhava e não quem eu via no espelho: um monstro. Sei hoje que não era tudo isso, mas minha mente estava mais doente que meu corpo. (REVISTA PENSE LEVE, 2007, p. 63)

Continuei com os projetos e dando aula de Artes como contrato temporário na SEDF e na rede particular de ensino. Segui me reinventando e quando me dei por mim 25 já haviam se passado desde que entrei na primeira faculdade e passei a dar aulas de Artes. A cada ano, me mantinha sempre atenta ao que me levou a cursar artes um dia. Nesse propósito, chegou um momento que percebi que precisava ir além da “vontade” de promover mudanças, era preciso mais conhecimento e dedicação para acompanhar essa geração tão antenada com as mudanças tecnológicas e distantes daquele modelo em que eu aprendi e há tanto tempo ensinava. Até mesmo meu filho, que por ter TDAH e não se adaptar ao sistema regular de ensino, me fez repensar os padrões educacionais, minha postura como professora e buscar novos métodos e possibilidades diferenciadas de ensino. Sedenta em saber sobre os debates no meio acadêmico e o que havia mudado na educação e na forma de se fazer artes, em 2017 ingressei na UFG no curso de Pós-Graduação de Arte Intermidiática Digital. Logo, um ano antes de terminar o curso, surgiu outra

oportunidade na mesma universidade de cursar artes visuais. Um curso que veio agregar minha atuação, naquele momento já envolvida como professora de Artes para na educação de surdos da SEDF, na Escola Bilíngue Libras Português Escrito de Taguatinga. A cada aprendizagem eu queria mais, então fiz outra Pós-Graduação em Libras e diversos outros cursos relacionados. Estava a todo vapor, quando “no meio do caminho, tinha uma pedra”, como bem disse Drummond (1928, p.1). A pedra em nosso contexto foi bem maior que os problemas que até então tínhamos vivenciado, era um vírus. Foi em março de 2020 que começamos a sentir as mudanças ocasionadas em todo o mundo devido a pandemia mundial do COVID-19. Ainda estamos vivenciando esse processo de tantas mudanças em meio ao caos, sem previsões para o término, mas querendo entender tudo o que estamos vivendo que continuei no curso e no meu trabalho como professora.

Como aluna da modalidade a distância, talvez por já ter concluído a pós-graduação que me proporcionou adentrar no universo da tecnologia e ter adquirido uma maior compreensão sobre o hibridismo na Arte e a migração dessas performances para o ciberespaço, não tive tanta dificuldade em promover aulas na plataforma digital, usar diversos aplicativos e continuar com as atividades da faculdade no *Moodle*. Estava bem familiarizada com um, digamos, modo diferenciado na didática e metodologia na educação, fator que também me ajudou como professora do ensino regular. A dificuldade foi promover condições de equilíbrio mental para a construção do conhecimento e efetiva aprendizagem.

De um dia para o outro me vi em situações inimagináveis. Tinha que ser dona de casa cuidando de todos os afazeres domésticos, continuar o trabalho da escola de forma remota na sala da minha casa, onde também dividia a mesa com meu filho que também passava a ter na mãe, a professora. Levada pelo baixo rendimento e desinteresse dele pelos estudos, também por não perceber na escola um lugar acolhedor às diferenças, coloquei em prática um plano antigo, o de adotar a educação domiciliar, tomando coragem de assumir a educação formal do meu filho. A princípio não era uma prática legalizada no Brasil e tivemos problemas com a escola e o Conselho Tutelar do DF, que mesmo ciente de que tem mais de 15 mil famílias nessa modalidade *Homeschooling*, ser uma prática adotada em vários países, estar em pauta para aprovação na Câmara, desde 2003, não reconheceram esta como prática legal de ensino. Mas em Brasília o Governador Ibanês Rocha sancionou a Lei nº 6759 de 16 de dezembro de 2020, DODF, adiantando as questões em trâmites na Câmara

e no Senado que a qualquer momento podem vir a tornar uma forma legal de ensino em todo país, contando com apoio do Governo Federal.

Sei que não se trata de uma prática possível para todos e nem será uma forma nova de ensinar, mas será uma opção para aqueles pais que assim como eu querem e tem condições de assumir a educação formal do próprio filho. Acreditamos que o despreparo das instituições de ensino para lidar com o distanciamento social, uso da plataforma digital e os inúmeros problemas na educação que ficaram mais evidentes nesta pandemia durante o ensino remoto, impulsionaram a discussão sobre esse assunto, conhecido como *Homeschooling*. Em relação a socialização dele, optei por promover outras formas de socializar com atividades extras como judô, natação, informática, música, teatro e cursos de idiomas. Mas a pandemia não poupou ninguém! Por diversas vezes tivemos academias fechadas, direito de ir e vir de todos cerceados e até mesmo essas atividades extras com poucos alunos migraram para o acesso remoto. Ficou a cargo dos governos Estaduais e Distritais a tomada de decisões sobre medidas sanitárias para contenção do vírus. Em Brasília, o primeiro decreto foi sancionado pelo então governador Ibaneis Rocha, em 11 de março de 2020. Este foi estendido posteriormente por diversas vezes, estando as escolas ainda em maio de 2021 fechadas para as aulas presenciais, funcionando no atendimento remoto. Esta forma de ensino persiste em todo país.

Figura 3 – Notícia publicada no Jornal Correio Braziliense.



Fonte: Jornal Correio Braziliense, Caderno Cidades. Disponível em: 11 de mar. 2020.
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/11/interna_cidadesdf,833627/coronavirus-ibaneis-anuncia-suspensao-de-aulas-shows-e-eventos-espor.shtml. Acesso em: abr. 2021.

Ciente da nossa responsabilidade para com toda a sociedade, respeito às regras e rogo para que esse “novo normal” chegue logo. No entanto, considerando as parcas e lentas ações tomadas por nossos governantes para a contenção da disseminação do vírus, a dificuldade em manter a economia estável e a demora com que a vacina tem chegado à população, estamos mais convictos na chegada de um milagre do que uma solução racional e estratégica para que tudo se resolva.

Receber notícias da morte de amigos, conhecidos, parentes e mesmo de quem sequer conhecíamos tem sido um fator desestabilizante nesta pandemia. Exemplifico com a morte de dois alunos meus, um de 18 anos e outro de 23, um amigo da rede particular de ensino do DF, meu irmão e um sobrinho de apenas 5 meses. Quando retornar às aulas presenciais será difícil acolher de forma confortável e solidária a todos. Cada notícia trágica me leva a pensar sobre a real importância de cada conteúdo e atividade que estamos fazendo, sobre a importância de fazer uma adequação curricular que humanize a educação e a própria forma de avaliar, aprovar ou reprovar um aluno. Espero que cada um de nós aprenda com tudo que estamos vivendo neste momento e que re-signifique sua própria existência sem deixar de pensar no outro. Entendo que do jeito que está não é o melhor lugar para se viver e as transformações batem à porta cansadas de esperarem por um convite efetivo para a construção de um mundo melhor, ao qual acredito sinceramente ser a Arte um diferencial para essa mudança.

3.3 Considerações dos professores e tutores do curso

Como informamos anteriormente, a metodologia de análise da pesquisa foi a qualitativa, pela qual foi feita a coleta de informações de docentes e tutores da FAV/UFG do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da FAV contendo suas percepções sobre a educação a distância e o acesso remoto durante a pandemia ocasionada pelo coronavírus. As perguntas foram encaminhadas no formato de formulário através de *link* compartilhado pelo aplicativo do *Whatsapp*, direcionado especificamente aos professores e tutores do curso de Artes Visuais na modalidade EaD durante o período vigente da pandemia. A escolha por esta metodologia se deu por considerar o momento permeado de emoções, mudanças e situações subjetivas e incertas, passíveis de análise e mudanças que poderão contribuir para estudos futuros sobre este importante momento para a educação e sociedade, principalmente

para aqueles diretamente envolvidos com o meio acadêmico e ligados à educação. Para que fique claro sobre a eficácia do método qualitativo de análise, destacamos ponderações de Câmera (2013):

Não se pretende aqui, valorizar mais uma técnica do que outra. Ambas são igualmente importantes para os resultados finais encontrados. O método qualitativo não se opõe em essência ao quantitativo, vem abranger e suprir questões que não se limitam à descrição de dados “duros”, numéricos, sem face ou personalidade e será desse método, bem como de uma das técnicas utilizadas para análise de dados relacionada a ele... [...] (CÂMERA, 2013, p. 181).

Entender uma situação como a que estamos vivendo, de pandemia, e considerando o contexto extremamente complexo que envolve a educação brasileira, não é algo fácil de se fazer. Se ao menos estivéssemos distantes no tempo em relação a este momento, talvez fosse mais fácil para digerirmos todos os acontecimentos, resultados, erros e acertos. Teríamos uma visão mais concreta da situação, assim menos cogitações.

O fato é que estamos vivendo o presente, momento em que as coisas estão acontecendo em tempo real. Então, além dos nossos relatos pessoais como alunas, buscamos entender todo o processo de mudança e transformação na educação por meio da análise da percepção dos nossos professores e tutores que em muito contribuíram com nosso trabalho ao responder aos nossos questionamentos. Agradecemos a todos os participantes da pesquisa, que apesar de todo excesso de trabalho acarretado a estes profissionais da educação durante a pandemia, gentilmente dedicaram parte do seu tempo para atender nossas solicitações.

Após o estudo e análise das diversas vivências relatadas na entrevista com os docentes através do formulário, observamos que a nova perspectiva pedagógica de ensino em Artes Visuais na modalidade a distância durante a pandemia refletirá em mudanças significativas na educação. As considerações têm na EaD um referencial, mas interagem com outras tecnologias que estão agregando na educação mediada pelo ensino remoto. Os entrevistados pontuaram de forma clara e objetiva que houve “aumento das aulas síncronas, flexibilização dos prazos nas entregas das atividades e a avaliação final realizada em um período prolongado”. Assim como também o uso de ferramentas TDIC diversas como a plataforma do *Youtube*, *Meet*, *Zoom* e outros como aplicativos interativos como o próprio *Whatsapp*. Este último fora bastante utilizado na interação entre alunos, professores e tutores, fosse por meio de grupos

ou no rompimento da utilização de alguns protocolos que existiam antes para a comunicação direta nessa forma de comunicação entre docentes e discentes. Entendemos assim que todas as mudanças nesse contexto compõem uma realidade que está sendo chamada de “novo normal”. Para melhor entendimento desse processo e definição do que seria esse termo, fomos buscar na fala de Niskier da ABMES em entrevista dada à Revista de Ensino Superior, que nos explica o que significaria esse “novo normal”:

A crise veio agitar a percepção das transformações em curso. Só para citar um exemplo, a grande resistência em relação à utilização de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, por vezes calcada em preconceções, terá de ser revista. Iremos numa direção de processos mais flexíveis, modernos e com o aluno ainda mais no foco do processo, sempre permeado pela utilização de tecnologias”. (NISKEIR, 2020, n.p.).

Dos nove entrevistados, todos já tinham atuado antes da pandemia na EaD, com exceção de um que precisou de maior adequação de suas aulas e planejamento para migrar das aulas presenciais para o acesso remoto. E foi justamente esse que pontuou que “as mudanças tecnológicas são bem aceitas, embora os aspectos afetivos parecem ficar comprometidos”. Consideração que embora estivesse aberto às novas possibilidades de inovação, ainda vê nas aulas presenciais a única forma de socialização e humanização no processo educativo. De encontro a este pensamento, trouxemos a fala de Mozart Neves Ramos (2020), do Conselho Nacional de Educação em entrevista, esclarecendo que:

Mas, a transição tão veloz para o mundo da educação virtual também deve gerar reação em cadeia na direção de novas didáticas. O uso da tecnologia vai exigir práticas pedagógicas mais atuais, como as chamadas metodologias ativas de aprendizagem – em que o aluno é o protagonista, com mais independência e autonomia. “Há um colapso da aula tradicional, precisamos criar estratégias para ensinar os alunos a buscarem o seu caminho. Promover a pesquisa-ação, trabalho em equipe, novas formas de avaliação. (RAMOS, 2020, n.p.).

De encontro a mesma ideia, um colaborador da pesquisa no formato de questionário nos relatou: “Percebi a necessidade de autogestão e de aprimorar o planejamento das minhas aulas. Mais importante, precisei estudar modos de integrar melhor estudantes às atividades de aprendizagem, principalmente nas atividades síncronas, mas também nas assíncronas. Passei a dar mais espaço aos estudantes e planejar aulas de forma a dar a eles maior protagonismo. Sigo aprendendo.” Essa

colocação nos fez perceber que mais uma vez o professor retoma seu papel de mediador para que o outro construa seu próprio conhecimento, seria então a valorização de um formato que se aproxima do autodidatismo. Encontramos então em Ramos (2020, n.p.) um pensamento que evidencia nossa opinião: “Não tenho dúvida de que a aula não pode mais ser a mesma”. Endossando a afirmativa, apresentamos a questão em que todos os professores entrevistados foram unânimes ao dizerem acreditar que o uso das tecnologias da forma como foram utilizadas no ano de 2020 irão continuar após a pandemia e que apesar das dificuldades enfrentadas houve aprendizagem, tanto para o educando quanto para os seus alunos. E esta, por sua vez, parece ter sido bastante benéfica a ponto de possivelmente ser mantida num futuro próximo.

Kuroda e Santos (2014, p. 80) ao analisarem as metáforas presentes na música “Velha roupa colorida”, lançada em 1976 pelo compositor e cantor Belchior, indicam que: “Os tempos mudam e a mente humana deve acompanhar as novas tendências. Um mundo estagnado não permite a chegada de inovações, de evoluções, sejam elas humanas, tecnológicas, sociais ou científicas.”. Na música analisada por eles o contexto social era outro, mas as pessoas também viviam um momento conturbado de transformação social e política de nosso país, mais precisamente durante o período do regime militar no Brasil. No entanto, poderiam nos remeter a uma reflexão para nosso contexto em relação às mudanças propostas pela educação e processo de ensino-aprendizagem. É o momento atual que vivemos, embora como disse o artista:

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer... (BELCHIOR, 1976).

Eis que a mudança está aí, e mesmo que não seja possível digerir todo processo agora, é neste instante que as coisas estão acontecendo. Contudo, os professores não estavam prontos para uma mudança tão brusca no processo metodológico de ensino em pouco espaço de tempo, assim como os profissionais em todo o mundo também não. Todos nós fomos surpreendidos pela pandemia. Os profissionais de educação estão tendo que aprender durante o processo, pois a grande maioria que atua no ensino presencial não dominava com destreza as novas ferramentas de trabalho que são apresentadas no universo tecnológico que se

reinventa todos os instantes. E essa reinvenção nos cativa a ponto de concordarmos que as TDIC são importantes no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, nos chamou atenção um ponto evidenciado por várias vezes durante todo o questionário, em diferentes perguntas e por diferentes entrevistados, o de que devemos nos ater à humanização da educação. Estiveram presentes palavras como afetividade, valorização, conscientização, compreensão e colaboração. Todas evidenciando aspectos relacionados às características humanas possíveis por meio da interação entre as pessoas. Isso nos provoca a buscar o equilíbrio entre o uso das tecnologias e ter as relações entre as pessoas preservadas.

Há pouco mais de duas décadas nós experienciávamos aulas na faculdade presencial com recursos que hoje estão totalmente obsoletos, como o quadro-negro e o giz branco. Nas aulas mais didáticas e modernas os professores usavam projetores de slides em transparências previamente impressas como podemos constatar na explicação dada pela Folha de São Paulo a um questionamento de um leitor sobre o que seu professor usava durante a aula:

Os slides podem ser impressos em transparências ou mostrados na tela do computador com a ajuda de um Datashow, projetor de display de cristal líquido ou tubos de imagem, como o dos telões.

Para as transparências, você precisa usar uma impressora a laser ou jato de tinta com a transparência específica para o tipo de impressora utilizada. Também pode imprimir os slides em papel comum e tirar uma fotocópia em transparência. (Folha de São Paulo, 1995).

Mesmo assim, essas aulas contribuíram bastante para a nossa formação e aprendizagem por meio da interação, debates e explicações feitas pelos professores. E por que essas aulas hoje não têm a mesma eficácia? Em resposta clara e objetiva, destacamos que foram inúmeras mudanças ocorridas no mundo, conseqüentemente as pessoas já não são mais as mesmas. A própria internet tem promovido possibilidades de interação entre as pessoas e aprendizagem com o acesso a outras culturas. Para exemplificar, destacamos a forma como nossa pesquisa foi divulgada e desenvolvida.

Noutro momento, anterior a pandemia, talvez ainda fizéssemos uso de estratégias bem antigas inclusive para a coleta de dados para a nossa própria pesquisa. O mais provável é que usássemos a forma de papel impresso e em contato direto com o professor entregaríamos a pesquisa a ser respondida, porque foi assim

que aprendemos em outros tempos quando fomos alunas de cursos superiores presenciais. Mas muita coisa mudou, tanto que tivemos dificuldade de acompanhá-las. Como o distanciamento ainda é necessário para segurança e proteção de todos, além de obrigatório em todo o país, foi preciso nos reinventar. Recorremos a meios de comunicação bem mais dinâmicos e eficazes.

No caso do formulário da pesquisa, este foi on-line através da plataforma do *Google*, que nos permitiu encaminhar o *link* via *Whatsapp*. O recebimento também foi instantâneo. Este formulário continha perguntas objetivas e subjetivas, sendo todas voltadas ao entendimento da relação do professor com o processo educativo no ensino das Artes Visuais na UFG na modalidade a distância neste momento de pandemia mundial. Queríamos entender quais ferramentas foram mais utilizadas, o que foi descartado ou sofreu adequações, que dinâmicas foram usadas e como foi o repensar sobre o formato das avaliações para este entendimento do momento atual que teve início para nós, em março de 2020, quando foi descoberto os primeiros casos do vírus no país. Das dificuldades enfrentadas destacamos a de encontrar colaboradores dispostos a participar da pesquisa, o que associamos à alta carga de trabalho acarretada por todos nesse período pandêmico. Encontrado os participantes, achamos necessário coletar algumas informações sobre a vida pregressa dos entrevistados, docentes da FAV-UFG, como o tempo de vivência tinham no curso modalidade presencial e na modalidade a distância, a área de atuação e tempo de experiência como docente. Tivemos colaboradores como os tutores do curso com 3 anos de experiência na atuação no ensino superior até os mais veteranos com 33 anos de experiência. Quanto à modalidade de educação a qual fez parte da formação desses participantes, a maioria teve sua formação academia no ensino presencial. Fomos agraciados em nossa pesquisa com a participação de doutores e especialistas em Artes. De posse dessas informações, buscamos o relato individual de cada um com suas opiniões e especulações futuras, baseadas em suas vivências sobre o que esperam levar deste momento para sua atuação, no que chamaremos de pós-pandemia, que não temos a mínima ideia de quando será esse momento.

Nossos professores e tutores, assim como outros educadores em todo país dos cursos EaD, já estavam familiarizados com o uso de ferramentas tecnológicas como mediadoras no processo educativo. O próprio *moodle* foi uma plataforma digital presente desde o início do nosso curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância, em 2017, mas mesmo eles sentiram os impactos da pandemia

na educação. Observamos em suas respostas que todos em algum momento tiveram dificuldades. Dos relatos que evidenciaram essas dificuldades, destacamos alguns:

O maior desafio tem a ver com a mudança de paradigma em relação ao que é aprender e ensinar. O distanciamento social ressaltou a necessidade urgente ao meu ver de repensarmos nossas práticas docentes e estimular a autonomia de estudantes, servindo-lhes mais como mentores e orientadores nesse processo. Para isto, o uso de ferramentas analógicas e digitais pode auxiliar a transição de um modelo tradicional de ensino para outros modelos plurais visando sempre a autonomia responsável de estudantes.

E outro entrevistado que especifica suas dificuldades e estratégias:

A baixa participação dos/as estudantes nas disciplinas, principalmente nas disciplinas que são reofertadas. Na tentativa de melhorar o acompanhamento e comunicação, abri um grupo no WhatsApp ou Telegram para cada disciplina ministrada. E ainda, intensifiquei a comunicação via mensagem de WhatsApp ou Telegram de forma individual. Nos encontros síncronos as aulas foram gravadas para que o/a estudante pudesse assistir no horário que seria melhor para ele/a.

Uma vez evidenciadas estas dificuldades, eles prontamente lançaram estratégias para sanar o problema. Estas estratégias passaram pela adequação curricular que se fez necessária, pela adaptação no formato das avaliações e mesmo com o uso de outras ferramentas digitais e tecnológicas como foi o caso das aulas remotas no *Google Meet*. Apesar das dificuldades, para os cursos presenciais as dificuldades foram inimagináveis em vista daquelas ocorridas no curso EaD. Um dos entrevistados que também atuava na modalidade presencial nos trouxe esta questão: “Foi necessário diferentes estratégias, pois existem estudantes sem acesso à internet que recebem conteúdos em diferentes formatos, mas principalmente impresso.”

A forma de avaliar nesta pandemia passou por muitas mudanças. Antes de trazer o que relatou nossos professores entrevistados sobre esse tema e as novas diretrizes e instruções sobre esse processo na FAV-UFG vamos recordar a ideia que se tinha da avaliação no ambiente pedagógico. A avaliação por muito tempo era apenas o meio de mensurar por meio de números o pensamento e desenvolvimento do aluno, uma questão formal necessária para sistematizar, registrar e documentar, para depois aprovar ou não o aluno. Pelo menos era assim que os alunos e professores se portavam diante de uma prova. Acreditamos que não seja esse o objetivo de uma avaliação. Nascimento, pontuou sobre essa forma de avaliar da seguinte forma:

[...] nos preocupamos com a formação do professor que ainda se detém em valores quantitativos e se esquece, que está averiguando aprendizagens significativas de seres humanos complexos e multiculturais [...] (NASCIMENTO, 2003, p. 3).

Acreditamos que avaliar é mais uma ferramenta disponível para que tanto o estudante quanto o docente tenham um retorno sobre o processo de ensino-aprendizagem, podendo posteriormente melhorar as práticas e dar continuidade ao processo com outros estudantes e mesmo o aluno em seu próprio caminho. Muitas vezes, avaliar passou a ter um caráter punitivo para muitos, realizado por meio de atividades, trabalhos e provas. Sobre esse conceito retrógrado na forma de avaliar, tendo na avaliação uma necessidade de quantificar a aprendizagem do outro e o motivo do fracasso escolar, temos autores como Esteban (1996) que reforça este pensamento:

Por outro lado, sem a prova, o que obrigaria os alunos e alunas a estudar? Sem os prêmios e castigos, com seus mil apelidos e disfarces, como garantir a disciplina? Sem instrumentos de avaliação, como garantir que os conteúdos mínimos estão sendo aprendidos, como identificar quem sabe e quem não sabe, atendendo à função de credenciamento assumida pela escola? (ESTEBAN, 1996, p. 10).

Felizmente esse conceito sobre a avaliação tem mudado bastante, inclusive neste mesmo ano que a autora publica seu livro, a LDB é sancionada em formato de Lei, e na Lei nº 9.394, dispõe em seu art. 24, inciso V sobre a avaliação:

Inciso V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (LDB, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor desde 20 de dezembro de 1996 nos trouxe outra perspectiva para com esse processo ainda necessário na educação que é a avaliação do rendimento escolar. Observamos que há uma visão mais ampla que contempla o processo e vivência do aluno. Mensurar sua aprendizagem unicamente de forma quantitativa ou punitiva, já não cabe mais como prática. Desde então, os professores vêm adequando-se a essa nova forma de olhar o processo avaliativo, tendo-o como ferramenta para diagnosticar possíveis falhas em todo o contexto educativo e não somente como forma de medir o potencial e desenvolvimento do aluno. Mesmo assim, a mudança ainda não estava totalmente

consolidada, e mesmo no curso superior de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância da UFG, ainda fizemos várias avaliações escritas em encontros presenciais.

Apesar de termos durante o processo diversas atividades avaliativas como pesquisas, resenhas, práticas, produções autorais e pontuações que valorizaram o processo de ensino, ainda estava lá a prova escrita com o peso de 60% da média. Dizemos “estava”, porque com a chegada da pandemia a velha “prova” do processo de construção de conhecimento foi mais uma vez ressignificada. Para nossos professores entrevistados, uns ainda foram resilientes com as mudanças no processo avaliativo, como no relato de um deles que diz: “Mantive a avaliação na elaboração de critérios que atribuem maior valor ao processo.”, referindo-se à avaliação escrita com 60% da média. Já outros tentaram humanizar mais a forma de avaliar o aluno, apesar de ainda não poderem se desvincular das antigas normas e leis sobre o assunto. Nesses relatos destacamos duas falas dos entrevistados sobre os processos avaliativos e as mudanças ocasionadas durante a pandemia:

Mantive a avaliação na elaboração de critérios que atribuem maior valor ao processo. E nas atividades de elaboração de textos, houve a possibilidade de reelaboração do que já havia sido enviado para que pudessem entregar novamente após nota e o feedback avaliativo.

Nas aulas de ateliês eles desenvolveram as atividades teóricas e práticas durante as aulas online, na quais os estudantes apresentavam as suas produções e discutiam sobre o processo de criação, os materiais utilizados, etc. Foi bem interessante a forma como alguns pais interagiram durante as aulas, com perguntas e também contribuindo com suas vivências/conhecimentos no campo da arte e da cultura. As avaliações foram processuais, observando a participação e envolvimento dos estudantes nas atividades, e também por meio de provas com questões subjetivas e objetivas que envolviam os conteúdos estudados nos bimestres.

Mas outra roupagem teriam as aulas na modalidade presencial e na modalidade a distância quando na nota Oficial da UFG de 15/03/2020, emitida pelo Comitê UFG para o Gerenciamento da Crise COVID-19, as aulas da modalidade presencial e da modalidade a distância dos cursos de graduação foram suspensas pelo período de 15 dias, a contar do dia 16 de março de 2020, orientando-se pelo Art. 2º da Portaria 343 do Ministério da Educação que “[...] faculta às instituições de educação superior a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, durante o período que durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) [...]”, em observância das orientações emitidas pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e

MS (Ministério da Saúde). No que tange à avaliação foi considerado na Seção VII do Art. 9º e parágrafo 1º sobre o registro de resultados que:

Caberá ao docente definir, com anuência da coordenação de curso, os meios de aferir a nota e controlar a participação dos estudantes, considerando o uso exclusivo das ferramentas digitais. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2020 - UFG, 2020, p. 5).

Observe os termos “aferir a nota” e “controlar a participação de estudantes”. Nestes entende-se que há um registro burocrático necessário quando para a aprovação do estudante faz-se necessário ter 75% de presença segundo a própria determinação da LDB. E o quesito nota, seria mais uma vez a necessidade de um registro em números para o aprovar ou reprovar? Acreditamos que neste momento atípico seria mais sensato pensar em manter os alunos ativos e participantes no curso, ressignificar os conteúdos a serem estudados, repensar a metodologia e a forma de ensinar e aprender por meio da Arte. Aliás, como ponderou um dos entrevistados, a Arte neste momento pode ser um grande diferencial na vida dos futuros educadores e artistas: “O exercício do ensino de Artes Visuais como resistência no contexto que vivemos.” Observando inclusive quanto o ensino de Artes Visuais pode ter feito diferença na forma como professores e alunos atuaram socialmente em momentos tão difíceis como o que vivemos, pois “[...] o ensino de Arte proporciona a compreensão de um processo histórico que é sempre de luta e resistência diante das dificuldades.”, resposta dada por outro entrevistado.

Foi possível perceber através das questões objetivas do questionário que os professores concordaram que as Artes Visuais exercem um papel importante nesse momento ao lidar com as emoções. Um dos entrevistados, em resposta subjetiva acrescentou de forma mais explicativa que “[...] as Artes Visuais lidam rotineiramente com imagens e sensibilidade, como promove uma valorização de aspectos mais subjetivos da aprendizagem.” Assim se dá a avaliação, não apenas limita-se a “aferir notas”, mas busca meios de refletir sobre o processo durante o período de atuação, objetivando corrigir, reiterar e reavaliar a própria ação. Mas analisar a forma de atuação durante o processo não é algo fácil, numa pandemia então, fica mais complicado. Às vezes fica difícil parar para pensar em tudo que estamos vivendo, como admitiu um dos entrevistados: “Infelizmente, até o momento, não havia refletido sobre isso... Como ela me fez parar aqui, quero pensar mais sobre... [...]”.

E foi parando para refletir sobre todo o processo e a situação atual do país que os nove entrevistados declararam que alteraram de alguma forma seu planejamento, metodologia e avaliação. Na avaliação, metade deles declaram que deram aos alunos “[...] mais oportunidades para evitar que se prejudicassem por causa do período em que passamos.” Além de outras estratégias avaliativas como autoavaliação, revisão de prazos e voltar o olhar para o processo de vivência e produção do aluno como nos disse um dos entrevistados: “Passei a avaliar de forma mais particularizada as atividades e produções dos estudantes. Passei a olhar com mais ênfase o caráter formativo das avaliações.” Acreditamos que esta será uma prática recorrente na forma de avaliar de uma educação mais humanizada e menos taxativa.

OPORTUNIDADE DE DESFECHO

Toda a sociedade, de alguma forma ou em algum momento, teve sua rotina e vida alterados pelo colapso social ocasionado pela instalação do vírus COVID 19. As áreas como a saúde, educação, ciência, política e economia sentiram o que uma pandemia é capaz de fazer em um pequeno espaço de tempo. É como numa guerra, capaz de destruir em pouco tempo o que a sociedade levou séculos para construir. Como definiu a matéria da Revista Isto é, o “[...] planeta vive seu maior desafio desde a Segunda Guerra Mundial.” (2020, n.p.). Mas de todos os setores, os que mais sentiram os impactos foram aqueles que já apresentavam uma estrutura precária e frágil, como a saúde e a educação. A matéria segue relatando:

No mundo inteiro, escolas e universidades suspenderam as aulas, empresas liberam funcionários do trabalho e museus e outros equipamentos culturais fecham suas portas. Eventos esportivos foram suspensos ou cancelados em todo o mundo. (...) O mundo vive uma distopia, uma situação de desespero e privação que pode se prolongar por muitos meses e mudar definitivamente hábitos e costumes. (REVISTA ISTO É, 2020, n.p.).

Há pouco mais de um ano tivemos a notícia do primeiro caso de infecção pelo vírus em nosso país, desde então muita coisa mudou. Dessas mudanças e situações que vivemos neste período, uma das que mais nos fizeram perceber a pandemia com outros olhos foi vivê-la sob a responsabilidade de concluir uma faculdade, o curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFG. Foram tantas tarefas, atividades, leituras, reflexões e afazeres que pouco tempo tivemos para viver o luto. Soma-se a este processo as tarefas de mães, esposa, donas de casa e professoras. Tivemos nossos espaços invadidos e nosso trabalho triplicado.

Realizar o trabalho final do curso com esse tema foi para nós uma grande oportunidade de rever toda nossa trajetória, não apenas aquela que corresponde ao período do curso, mas de toda a nossa própria história de vida. Apesar de muitas vezes nos sentirmos sobrecarregadas, estamos cientes de que escrevemos mais esta página em nossas vidas com relatos, depoimentos, entrevistas, leituras e reflexões. Sempre imbuídas da consciência de que, em meio a todo esse turbilhão, não atravessamos o caminho em vão, pois não deixamos páginas em branco.

Chegamos até aqui, sobreviventes às *fake news*, aos negacionistas dos dados da pandemia e mesmo às inúmeras teorias de conspiração lançadas no ambiente

virtual. Houve de tudo um pouco, mas soubemos filtrar o bombardeio de informações, convictas que só o tempo para fazer melhor essa seleção sobre a relevância e veracidade dos fatos. Destacamos o gatilho acionado em nossas mentes que nos despertou a consciência da gravidade da situação: ter que deixar em branco os dados referentes aos mortos e números de pessoas infectadas pelo novo coronavírus no Brasil, até o último dia para entrega da monografia. Nós sabíamos que a cada dia mais pessoas morreriam e as cifras iriam variar entre 2 e 3 mil mortes por dia em nosso país e milhões de infectados em todo o mundo. Então, para que não comprometesse ainda mais nosso emocional já tão abalado, sabendo que os números se tratava de pessoas e que cada uma delas tinha uma família que não teria sequer a dignidade de se despedir, optamos em registrar em vez de números e dados por dia, a cifra de aproximadamente meio milhão de mortes de vítimas fatais do COVID-19 até o momento no Brasil. Enfim, poderíamos dizer que não foi fácil, mas isso não termina aqui, então diremos que não está sendo fácil.

Não temos ideia de como e quando tudo isso irá terminar, mas seguimos nos preparando para atuar na educação, tendo na Arte a confiança de que é uma linguagem capaz de promover transformações e transformar vidas. Acreditamos fazer a diferença num futuro próximo, ajudando jovens e crianças a superar este momento difícil para todos nós. Com muito esforço e ajuda dos nossos professores, seguimos firmes na construção do conhecimento, mantendo a mente ocupada como alento em meio ao caos.

Talvez seja preciso aprendermos a lidar com a presença deste vírus em nossa sociedade como aconteceu com o vírus da AIDS nos anos 80, que ainda persiste entre nós. Ou que possa vir a ser uma pandemia constante apenas nos livros e artigos como arquivo histórico, tal qual como aconteceu com tantas outras pandemias que o mundo já experienciou. O certo é que esperamos ansiosos pelo “novo normal”.

Que estas reflexões sobre o momento atual e a forma como a educação tem lidado com todas essas mudanças nos permitam reconstruir uma educação que realmente atenda essa nova geração que renasce num mundo “pós-COVID”. Geração que vem de um momento conturbado, mas com uma bagagem de vivências diversas no universo tecnológico e digital.

Acreditamos ser a Arte uma linguagem que vem agregar valores sendo capaz de tornar o mundo mais humano e a educação mais dinâmica. É nesta a linha de frente que queremos atuar como protagonistas e agentes transformadores da nossa

história e sociedade. Sem eufemismos, acreditamos sim no poder da Arte e nos vemos como mediadoras dessa transformação enquanto artistas e arte-educadoras. E assim como é infinito o potencial criativo e transformador da Arte, também percebemos o quanto temos ainda a aprender com o momento atual e nas experiências enquanto docentes que teremos. Seguimos nesse caminho de aprendizagem infinito.

Entregamos este estudo compreendendo que pudemos deixar, entre a singularidade dos olhares e a pesquisa acadêmica, uma percepção sobre o ensinar e o aprender no ensino remoto dentro do curso de Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância da Universidade Federal de Goiás. Intuímos que nosso relato possa se expandir em futuras pesquisas bem como auxiliar na construção coletiva de outras relações de ensino.

Nesta “experiência”, retomamos Bondia (2011, p. 5), designando-a como “[...] isso que me passa [...]”. Isso, o acontecimento que passou e continua a passar; que perpassou e perpassa o “me”, o eu, o nosso lugar como observadoras e como atoras da ação. Passa pelo “me”, transformando-os, colocando-nos num movimento de conhecer e reconhecer contínuo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, RUBEM. **Gaiolas ou asas**: A arte do voo ou a busca da alegria de aprender. São Paulo: ASA, 2004. p. 127.

ANDRE, M E D A. **Questões do cotidiano na escola de primeiro grau**. In: Didática e a Escola de Primeiro Grau [S.l]: [s.n.], 1992. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_11_p069-081_c.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021

BEHAR, Alejandra; PASSERINO, Liliana; BERNARDI, Maiara. Modelos pedagógicos para a educação a Distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. **Novas Tecnologias**, CINTED-UFRGS, v. 5, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14242/8157>. Acesso em dez. 2020.

VELHA roupa colorida. Intérprete e compositor: BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes Fontenelle Fernandes. *In*: Alucinação. Rio de Janeiro: Gravadora PolyGram, Selo Philips, 1976. Disponível em: <https://ouvirmusicaboa.com.br/musica/844/velha-roupa-colorida>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BONDIA, Jorge Larrosa. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Lei n.º 6759, de 16 de dezembro de 2020. Institui a educação domiciliar no DF. **Diário Oficial do Distrito Federal**: ano XLIX Edição n. 237 Brasília - DF.
BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020. Edição 230, 02 dezembro 2020.

BRASIL. Portaria no 554, 16 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020. Edição 144, 17 junho 2020. Seção 1, p. 62. BRASIL. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 23 abr. 2021.

_____. Lei n.º 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **BNCC**: Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRITO, Sávio Breno Pires. BRAGA, Isaque Oliveira. CUNHA, Carolina Coelho. PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Revisão narrativa da pandemia da COVID-19, **Revista Visa em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia**, p. 54-63, 28 abr. 2020. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103209/2020_p-028. Acesso em: 1 maio 2021.

CABRAL, Valéria. **Ações Educativas e Poéticas Visuais Contemporâneas: Experiências e Diálogos na Formação de Professores/as de Artes Visuais na**

Modalidade a Distância. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 214. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5329>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CALDAS, Renata. Teatro em Taguatinga: **Jornal Correio Braziliense**, p.19, ago. 2004. Disponível em: <https://www.rosapires.com.br/escoladeteatrodetaguatinga>. Acesso em: 2 mai. 2021.

CÂMARA, Rosana Hoffman . Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CAMARGO, de Paulo. “Novo normal” se fará sentir com mais força na educação. **Revista Ensino Superior**, 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/novo-normal-educacao>. Acesso em: 24 abr.2021.

DRUMMOND, Andrade. No meio do Caminho tinha uma pedra. **Revista de Antropofagia**. Diário de São Paulo, São Paulo, 2ª Dentição, p. 1, Jul. 1928.

EMILIANA, Cecília. **Ministério confirma o primeiro caso de coronavírus no Brasil:** Jornal Estado de Minas, 26 fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/26/interna_nacional,1124396/ministerio-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil.shtml. Acesso em: 1 mai. 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Uma avaliação de outra qualidade.** Presença Pedagógica, vol. 2, São Paulo, 1996.

FINAL dos tempos. Intérprete e compositor: EMICIDA. *In:* Final dos tempos. Intérprete: EMICIDA. Rio de Janeiro: Warner / Chappell Edições Musicais Ltda. 2019. (2,57min).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GONZADA, Agatha. CAMPOS, Ana Maria. UMBELINO, Thaís. **Coronavírus: Ibaneis anuncia suspensão de aulas, shows e eventos esportivos.** **Correio Braziliense**, Brasília, 11 de mar. 2020. Seção: Cidades. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/11/interna_cidade_sdf,833627/coronavirus-ibaneis-anuncia-suspensao-de-aulas-shows-e-eventos-espor.shtml. Acesso em: 26 abr. 2021.

GOIÂNIA, Prefeitura. **SME EM CONEXÃO – Curso de Formação de Professores.** Material – módulo 1, unidade 1. Introdução. Junho, 2020.

GOIÁS. **Diário Oficial**, GO, 2020. Ano 183, 13 março 2020. Decreto 9633, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/03/23/13_23_27_185_Decreto_9633_diario_oficial_2020_03_13_completo.situa%C3%A7%C3%A3o_de_emergencia_no_estado.pdf> Acesso em: 27 abr. 2021.

GOIÁS. **Diário Oficial**, GO, 2020. Ano 183, 14 março 2020. Ano 183, 14 março 2020. Decreto 9634, de 13 de março de 2020. Estabelece os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás e seus servidores, em razão de pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/03/16/11_13_08_814_SES_DECRETO_9634_Dia%CC%81rio_Oficial_do_Estado_de_Goia%CC%81s_ano_183_numero_23258.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

GOIÁS. **Diário Oficial**, GO, 2020. Ano 183, 26 março 2020. Ano 183, 26 março 2020. Decreto Legislativo nº 501, de 25 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado de Goiás, encaminhada por meio do Ofício Mensagem nº 98, de 23 de março de 2020. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/03/26/19_20_47_664_Decreto_Legislativo_n%C2%BA_501_de_26_de_mar%C3%A7o.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

GOIÁS, **Diário Oficial**, GO, 2021. 184, 13 abril 2021. Ano 184, 13 abril 2021. Decreto nº 9.848 de 13 de abril de 2021. Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no Estado de Goiás em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19). Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/04/14/16_46_15_848_diario_oficial_2021_04_13_suplemento_completo.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

GOIÁS, **Conselho Estadual de Educação**. 28 julho 2020. Resolução CEE/CP nº 13, de 28 de julho de 2020. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/resolucao-ceecp-n-13-de-28-de-julho-de-2020/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GUIMARÃES, L; PEROTTO, L. A formação de arte-educadores a distância: uma carta que projeta o que está por vir. *In: XXVII Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil; V Congresso Internacional dos Arte/Educadores; II Seminário de Cultura e Educação de Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico]: Anais*. Campo Grande, MS: Federação de Arte/Educadores do Brasil, 2017.

GUIMARÃES, L; PEROTTO, L. (Des) colonizações: de que contextos falamos quando falamos de educação a distância? **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, ano VI, n. 11, p. 73-89, set. 2013. ISSN 1983-7348. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/10728>. Acesso em: 01 abr. 2020.

HERNÁNDEZ, Fernando Hernández-. Encuentros que afectan y generan saber pedagógico entre docentes a través de cartografías visuales. **Revista Digital do LAV**,

[S.I.], p. 103-120, ago. 2018. ISSN 1983-7348. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/33898>. Acesso em: 01 abr. 2020.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EDUCAÇÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Impactos_da_pandemia_de_COVID-19_na_educac%C3%A7%C3%A3o&oldid=61036229. Acesso em: 29 abr. 2021.

KURODA, Matheus Seiji Bazaglia. SANTOS, Mônica Maia dos Santos. Música em (Dis)curso: uma análise do eixo vertical. **Revista Philologus**, Ano 20, n. 59. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/59/05>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, [S.I.], v. 25, n. 59/2, p. 432-454, jun. 2016. ISSN 2238-2097. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821>. Acesso em: 20 abr. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.29286/rep.v25i59/2.3821>.

MIRANDA, Ricardo. A política cultural é elitista. **Revista Tablado**, ano 6, 22 out./5 nov. 2004, p.13-14. Disponível em: <https://www.rosapires.com.br/revistatablado>. Acesso em: 2 maio 2021.

MOURA, Carla Borin; HERNANDEZ, Adriane. Cartografia como método de pesquisa em arte. XVII Seminário de História da Arte. **Revista Anacronias do Tempo**. n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/1694/1574>. Acesso em 01 abr. 2021.

NASCIMENTO, Patrícia Valéria Bielert do. O desafio da avaliação no cotidiano do educador. **Revista Profissão Mestre**, 2003. Disponível em: <file:///C:/FAV%20-%20UFG/1.TCC%20II/AVALIA%C3%87%C3%83O,%20Nascimento>. Acesso em: 29 abr. 2021.

OLIVEIRA, Rafael. Casos confirmados de coronavírus sobem para 23 em Goiás. **G1.g1.globo.com**, março 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/03/23/casos-confirmados-de-coronavirus-sobem-para-23-em-goias.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PASSOS, Marize Lyra Silva. **Educação a distância: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da rede e-Tec Brasil**. Vitória, ES: edição do autor, 2018.

PEROTTO, Lilian Ucker. Plano de trabalho. **Iniciação à Pesquisa das Licenciaturas (PROLICEN)**, 2019. UAB, Universidade Aberta do Brasil, capes.gov.br/uab, Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FAV. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Artes Visuais – Licenciatura (PPC) na Modalidade a Distância**, 2014.

UFG. **RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 18/2020** - Dispõe sobre a suspensão, por tempo indeterminado, dos calendários acadêmicos 2020 do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE). Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2020_0018. Acesso em: 30 abr. 2021.

RODRIGUES, Alessandra. Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia. **SBC Horizontes**, jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/17/ensino-remoto-na-educacao-superior/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SCHUELER, Paulo. Portal do Governo Brasileiro: Fundação Oswaldo Cruz. **O que é uma pandemia**, out. de 2020. Fiocruz. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 01 maio 2021.

sem autor: **Como fazer slides no micro**. Folha de São Paulo, São Paulo, 9. de Agost. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/09/informatica/7>. Acesso em: 28 abr. 2021.

sem autor: **Revista Pense Leve**. Histórias de Sucesso: Mais leve, muito mais feliz. São Paulo, ano 15 n. 179, mai. 2007, p. 63. Disponível em: <https://www.rosapires.com.br/penseleversapires>. Acesso em: 2 maio 2021.

SOARES, Tiago; AMIEL, Tel. **Recursos educacionais na Universidade Aberta do Brasil: Perspectivas e práticas**. Zenodo. 2017. Disponível em: <https://zenodo.org/record/1065516#.X3RxutlKhdg>. Acesso em: 25 set. 2020.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz Teixeira. O enigma da Esfinge ou a incorporação de Dulcina de Moraes no processo de formação de talentos nas artes cênicas em Brasília. **Revista Urdimento**. n. 14, 55-69, jul. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234146821>. Acesso em: 26 abr. 2021.

UFG. Ufg.br, Notícias, **Comunicado nº 1**, 13 março 2020. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/124909-comunicado-n-1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UFG. Ufg.br, Notícias, **Nota oficial**, 15 março 2020. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/124909-comunicado-n-1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UFG. Ufg.br, Notícias, **Comunicado nº 2**, 18 março 2020. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/124909-comunicado-n-1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UFG. Ufg.br, Notícias, **Fechamento dos Restaurantes Universitários e Executivo**, 18 março 2020. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/124909-comunicado-n-1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UFG. Conselho Universitário. **Resolução CEPEC nº 518**, de 05 de setembro de 2000. Fixa o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Artes Visuais - Licenciatura, criado pela Resolução CONSUNI Nº 09/99. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2000_0518.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021

UFG. Conselho Universitário. **Resolução nº 18/2020**, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão, por tempo indeterminado, dos calendários acadêmicos 2020 do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), dos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), e dá outras providências. Disponível em:

https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2020_0018.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

UFG. Conselho Universitário. **Resolução nº 34/2020**, de 14 de agosto de 2020. Aprova a Instrução Normativa CONSUNI Nº 01/2020 que dispõe sobre procedimentos relativos a todas as atividades escolares da educação básica e acadêmicas da graduação no modo de ensino remoto. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2020_0034.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

UFG. Pró-Reitoria de Graduação, GO, 2020. **OFÍCIO CIRCULAR Nº 42/2020/PROGRAD/UFG**. Processo nº 23070.033372/2020-46. Orientações sobre os estágios obrigatórios diante da retomada do calendário acadêmico de 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/SEI_UFG_-_1460342_-_OF%C3%8DCIO_CIRCULAR.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIEIRA, Ana Paula. **Conselho Universitário aprova retomada do semestre com atividades remotas**. Ufg.br, Notícias, 03 julho 2020. Disponível em: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/130430-conselho-universitario-aprova-retomada-do-semester-com-atividades-remotas>. Acesso em: 28 abril 2021.

VILARDAGA, Vicente. O drama da civilização. **Revista Isto é**: Pandemia 2020, edição n. 2675, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-drama-da-civilizacao>. Acesso em: 27 abr. 2021.

VIOTTI, Sérgio. **Dulcina Primeiros Tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes Cênicas. Lacerda, 1988.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-83, 2002.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

05/05/2021 Questionário de pesquisa para professores de Artes Visuais - Formulários Google

Questionário de pesquisa para professores de Artes Visuais

Perguntas Respostas

Seção 1 de 4

Oportunidade de participar de pesquisa para construção de TCC voltado à análise das mudanças nas práticas pedagógicas no ensino remoto durante o ano de 2020.

Olá!

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de TCC intitulada: "A contribuição do ensino remoto na construção de novas propostas pedagógicas para o ensino nas Artes Visuais". O trabalho é desenvolvido pelas cursistas Giovanna Carolina Silva e Rosa Pires Fernandes, alunas do curso de Licenciatura em Artes Visuais na Modalidade à Distância da UFG, orientadas pelas Professoras Dra Lilian Ucker Perotto e Dra Noeli Batista dos Santos.

O trabalho tem como objetivo entender as possíveis contribuições do ensino remoto e mudanças nas metodologias e formas de aprendizagem durante o ano de 2020, ocasionadas pela pandemia mundial do COVID-19. Nosso interesse é entender como essas mudanças podem contribuir para uma melhora do ensino de Artes Visuais e na construção de novas propostas pedagógicas. A entrevista se dará por meio deste questionário com questões objetivas e subjetivas, sinta-se à vontade para relatar suas experiências e dar sua opinião sobre sua vivência como professores (as) e tutores (as) em Artes Visuais.

As informações obtidas por meio deste questionário serão utilizadas exclusivamente para embasamento nas discussões e análises propostas no Trabalho de Conclusão de Curso já citado, de forma ética, íntegra e coesa.

Desde já agradecemos a sua participação e colaboração.

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 4

Oportunidade de participar de pesquisa para construção de TCC voltado à análise das mudanças nas práticas pedagógicas no ensino remoto durante o ano de 2020.

<https://docs.google.com/forms/d/1SwVq8DeiGFADFTiHnIh0vpOay-wxGoC94z9MEWMFOqk/edit>

1/8

05/05/2021

Questionário de pesquisa para professores de Artes Visuais - Formulários Google

Após a seção 2. Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 4

Questionário:

Descrição (opcional)

1 - Qual seu nome e e-mail? *

Texto de resposta curta

2 - Formação acadêmica: em que ano se formou e em qual instituição de ensino? *

Texto de resposta curta

3 - Qual seu tempo de atuação na área educacional? *

Texto de resposta curta

4 - Qual foi sua formação universitária? Presencial *

- Presencial.
- EaD.
- Semipresencial.
- Outros...

05/05/2021

Questionário de pesquisa para professores de Artes Visuais - Formulários Google

Presencial.

EaD.

Semipresencial.

Outros...

6 - Quais as principais mudanças que observou em suas aulas com o advento da pandemia? *
Essas mudanças foram bem recebidas pelos alunos?

Texto de resposta longa

7 - Acredita que o uso das tecnologias da forma como foram utilizadas no ano de 2020 irão continuar após a pandemia? *

Sim.

Não.

Talvez.

8 - Quais as principais dificuldades enfrentadas durante as aulas? O que fez para sanar esses problemas? *

Texto de resposta longa

9 - Você manteve a mesma didática durante as aulas ou foi necessário o uso de diferentes estratégias para diferentes alunos, turmas e disciplinas? *

Texto de resposta longa

10 - Durante o planejamento das aulas foi necessário fazer adequação curricular ou manteve o mesmo conteúdo programático montado antes da pandemia? *

<https://docs.google.com/forms/d/1SwVq8DeIQFADF1HnNhoVpOay-wxGoC94z9MEWMTQqk/edit>

3/8

05/05/2021

Questionário de pesquisa para professores de Artes Visuais - Formulários Google

11 - Adotou mudança na forma de avaliar seus alunos durante o período pandêmico? Qual? *

Texto de resposta longa

12 - Dentro de sua experiência como docente notou uma efetiva aprendizagem dos alunos? De que forma acha que a pandemia teria contribuído ou não para essa aprendizagem? *

Texto de resposta longa

13 - O que aprendeu no ano de 2020 como docente? Há algo que poderá vir a contribuir para sua prática pedagógica? *

Texto de resposta longa

14 - O ensino de Artes Visuais pode ter feito diferença na forma como professores e alunos atuaram socialmente em momentos tão difíceis como o que vivemos? *

Texto de resposta longa

15 - Qual a importância das aprendizagens e vivências neste ano de 2020 para a vida de futuros professores de Artes Visuais? *

Texto de resposta longa

Obrigada pela colaboração e disposição em contribuir com estudos que podem vir a validar cada vez mais um ensino de qualidade. *

Mês, dia, ano

